

Demonstrações Financeiras

1º Semestre 2023



BANCO DA AMAZÔNIA



Central de Resultados



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1S23



BANCO DA AMAZÔNIA

Sumário

Carta ao Leitor	03
Panorama Econômico	05
Estratégia Corporativa	06
Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança)	07
Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo Banco para atender Interesse Público	10
Governança Corporativa	11
Desempenho Econômico-Financeiro	12
Desempenho Operacional	13
Carteira de Crédito	22
Gestão de Capital	23
Ações BAZA3	23
Gestão da Integridade	24
Gestão de Riscos	24
Segurança Corporativa	24
Rede de Atendimento	26
Canais de Atendimento	27
Tecnologia da Informação (TI)	28
Gestão de Pessoas	29
Auditoria Independente	30
Agradecimentos	30

Senhores (as) Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A, referente ao 1S23.

Com um lucro de R\$ 565,9 milhões, o Banco apresentou um crescimento de 28,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando sua posição de destaque como agente de fomento econômico e social na região.

Além dos resultados financeiros favoráveis, o Banco reafirmou seu compromisso com a Responsabilidade Ambiental, Social e Governança (ASG), priorizando aplicações estratégicas em áreas-chave para o desenvolvimento regional. O foco em regiões de baixa e média renda, como a Faixa de Fronteira e municípios menos desenvolvidos, resultou em R\$ 1,5 bilhão e R\$ 4,2 bilhões em financiamentos, respectivamente, impulsionando o crescimento econômico dessas localidades e fortalecendo a economia local.

Comprometido com práticas ambientalmente responsáveis, o Banco direcionou R\$ 3,3 bilhões para linhas verdes, enfatizando sua atuação como agente de preservação ambiental e promotor de práticas sustentáveis.

A agricultura familiar também recebeu destaque no 1S23, com o Banco investindo R\$ 335,9 milhões no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa iniciativa reflete o compromisso da instituição em apoiar o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, estimulando o crescimento sustentável dos pequenos produtores na região amazônica.

Outra conquista significativa do Banco foi a inauguração da unidade sustentável do Projeto BASA de Negócios, localizada na cidade de Machadinho D'Oeste, em Rondônia. Essa nova agência é um exemplo concreto do compromisso do Banco em adotar práticas inovadoras e sustentáveis em suas operações, com destaque para o uso de energia solar através de placas fotovoltaicas, reforçando sua atuação consciente e responsável.

No âmbito da governança corporativa, o Banco da Amazônia promoveu mudanças em sua equipe de liderança, com a posse de novos membros da Diretoria e do Presidente, Sr. Luíz Lessa, que assume o cargo com o objetivo de dar continuidade ao compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável da região.

Adicionalmente, o 1S23 também marcou a posse de novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco, reforçando seu esforço contínuo em fortalecer a governança corporativa e contar com a expertise de profissionais qualificados em suas instâncias de decisão.

Para impulsionar ainda mais o crescimento econômico regional, o Banco lançou o Plano Safra 2023/2024, com destinação de R\$ 9,9 bilhões em recursos. Desse montante, R\$ 5,5 bilhões foram direcionados para apoiar a Agricultura Familiar, Mini e Pequeno Produtor, fortalecendo esses setores fundamentais da economia local. Outros R\$ 4,4 bilhões foram destinados ao Médio e Grande Produtor, incentivando o agronegócio na região.

Essas realizações reafirmam o compromisso do Banco da Amazônia em ser um agente transformador e promotor de um crescimento sustentável e inclusivo na Região Amazônica. Ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento econômico e social, a instituição preserva os valores e riquezas naturais da região, construindo um futuro promissor e resiliente para todos os envolvidos. O Banco da Amazônia segue firme em sua missão de promover o bem-estar e o crescimento econômico regional, tornando-se uma referência em práticas sustentáveis e conscientes.

R\$ 565,9 Mi

Lucro Líquido

▲ +28,9%
1S23/1S22

▲ +25,6%
2T23/2T22

R\$ 5,4Bi
Patrimônio Líquido

▲ +20,0%
1S23/1S22

ROE* 23,4%

▼ -6,4p.p.
1S23/1S22

* O ROE consiste no retorno total do Lucro Líquido em relação ao Patrimônio Líquido do exercício anterior, conforme indicador aprovado na SEST.



Panorama Econômico

No 1S23, a economia mundial continuou enfrentando o desafio de inflação elevada por meio de políticas monetárias restritivas (aumento de juros). As principais economias do mundo, como Estados Unidos, União Europeia e China, mantiveram um ritmo de crescimento moderado e instável. O comércio internacional se recuperou, impulsionado pela demanda por commodities, incluindo produtos agrícolas e minerais, que são abundantes na região amazônica. Essa demanda aquecida contribuiu para a expansão das exportações da região, gerando emprego e renda. Os efeitos da falência de bancos nos EUA e Suíça foram mitigados pelas ações governamentais. Na China, as projeções de crescimento foram reduzidas com o país ainda sentindo as consequências da pandemia de Covid-19. O Fundo Monetário Nacional (FMI), estima que o crescimento global desacelere para menos de 3% em 2023.

No contexto nacional, a economia teve ótimo desempenho em virtude do expressivo crescimento do setor agrícola, principalmente dos aumentos na produção de soja, milho e arroz. O mercado de trabalho apresentou certa estabilidade da taxa de desemprego e moderada aceleração da taxa de desocupação, apesar do aumento dos rendimentos médios e da massa salarial. A inflação acumulada em doze meses, medida pelo IPCA, desacelerou com os efeitos da política monetária restritiva, terminando o semestre em 3,16%, influenciada pela redução dos preços dos combustíveis e derivados. O endividamento das empresas, famílias e a inadimplência do sistema financeiro aumentaram, elevando os riscos e maior seletividade das instituições financeiras nas concessões do crédito, variável importante para o crescimento econômico.

Ao considerarmos a conjuntura e o quadro atual revisamos nossas projeções e passamos a estimar que economia brasileira crescerá 2,5% em 2023 e 2% em 2024. A agricultura será a grande responsável por esse desempenho, em virtude da estimativa recorde das produções de soja, milho e arroz. As recentes aprovações da reforma tributária e o novo arcabouço fiscal aumentarão o potencial de crescimento por meio da elevação da produtividade dos fatores de produção (capital e trabalho) e da simplificação dos processos produtivos.

Na Amazônia Legal, cuja a economia é altamente dependente das exportações de grãos e minérios, os indicadores setoriais revelam resultados superiores aos que foram mensurados a nível nacional. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o IBC-Br (indicador que mede o desempenho da economia) da região Norte cresceu 2,6% no acumulado do ano. A balança comercial da região Norte do Brasil registrou um superávit de US\$ 2,93 bilhões no mês de junho de 2023, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia. O resultado positivo foi o maior para o mês desde 2014. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista do Norte do Brasil registrou um crescimento de 0,8% em junho de 2023, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O resultado foi puxado pelo setor de veículos, motos, partes e peças, que cresceu 2,7%. Outros setores que tiveram bom desempenho foram o de supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,7%), e o de móveis e eletrodomésticos (0,6%).



Estratégia Corporativa

Com gestão e inovação, o Banco da Amazônia traça sua visão de futuro com o Planejamento Estratégico 2023-2030. Nossos projetos estratégicos visam melhorar a gestão e apoiar o desenvolvimento econômico e social da região Norte. Com foco na responsabilidade socioambiental e na excelência de serviços, estamos preparados para enfrentar os desafios do mercado, oferecendo uma experiência única e confiante para o progresso da região. Juntos, construiremos um futuro próspero e sustentável na Amazônia.

Estamos atento às mudanças do mercado e às novas tecnologias, buscando sempre inovar e aprimorar seus processos e serviços para oferecer uma experiência cada vez melhor à sociedade e a seus clientes.



Aprovamos o Plano Estratégico 2023-2030 e, para fins de alinhamento estratégico, também foi realizada a revisão do Plano de Negócios 2023.

O planejamento estratégico 2023-2030 é importante instrumento de gestão, que contribuirá para o cumprimento da nossa missão institucional e impulsionar os resultados operacionais e financeiros nos próximos anos.

O PE 2023-2030 traz dentre suas novidades:

- Atualização da Visão do Banco;
- Inclusão de um novo Objetivo estratégico, e seus respectivos indicadores e;
- Projeção de resultado dos indicadores estratégicos em curto, médio e longo prazo.



ASG (Ambiental, Social e Governança)



Linhas Verdes
R\$3,3 Bilhões



**Municípios de Baixa
e Média Renda**
R\$ 4,2 Bilhões



**Municípios de Faixa
de Fronteira**
R\$ 1,5 Bilhão



Agricultura Familiar
R\$ 335,9 Milhões

Promovendo mudanças reais e compromisso com a Região

No 1S23, o Banco da Amazônia reafirmou seu compromisso sólido e abrangente com a ASG (Ambiental, Social e Governança), demonstrando sua atuação consciente e responsável em busca do desenvolvimento sustentável da Região.

Destacamos que, nesse período, o Banco priorizou aplicações estratégicas em áreas como a Faixa de Fronteira e os municípios de baixa e média renda. Foram destinados R\$ 1,5 bilhão e R\$ 4,2 bilhões em financiamentos, respectivamente, impulsionando o crescimento econômico e social dessas localidades.

Além disso, direcionamos R\$ 3,3 bilhões para linhas verdes, enfatizando nosso compromisso com práticas de consumo e ecologicamente responsáveis, fortalecendo ainda mais nossa posição como agentes de mudança positiva na região.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foram aplicados R\$ 335,9 milhões no 1S23. Essa iniciativa reflete o nosso firme propósito de promover o desenvolvimento social, incentivando o crescimento de pequenos produtores nas comunidades rurais.

Todas essas ações estratégicas e conscientes, definidas em sintonia com a ASG, têm sido fundamentais para apoiar o progresso econômico e social da Região de forma sustentável e inclusiva. O Banco da Amazônia segue firme em sua missão de ser um agente transformador, promovendo o bem estar e o crescimento econômico da região, ao mesmo tempo que preserva a riqueza de seu patrimônio natural e cultural, confiante para um futuro mais promissor e resiliente para todos .

Impulsionando o
empreendedorismo
feminino em nossa
região.



R\$ 37,0 Milhões

Com a linha **AMAZÔNIA FLORESCER PRA ELAS**, concedemos R\$ 37,0 milhões em crédito, atendendo 9.609 mulheres no 1S23. Desde março de 2022, quando se deu início ao Programa, já realizamos 34.029 operações e aplicamos R\$ 144,2 milhões, impulsionando o empreendedorismo feminino em nossa região.

R\$ 4,6 Bilhões



No 1S23 foram concedidos R\$ 4,6 bilhões em crédito a partir de boas práticas socioambientais. Através da utilização de ferramentas para análise e monitoramento do Risco Socioambiental nas operações de crédito.



O Banco da Amazônia investe em projetos e ações para a geração de emprego e renda, iniciativas sustentáveis e fomento a diversidade cultural e social.

R\$ 1,3 Milhão

Em patrocínio no 1S23

▲ +6,0%
1S23/1S22

As ações de patrocínio são direcionadas a projetos dos segmentos cultural, esportivo, social, ambiental, eventos, feiras e exposições, e procuram contribuir para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, permitindo a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, auxiliando a melhoria da qualidade de vida e acesso à inclusão social.

R\$ 761 Mil

Apoio a pesquisas científicas

No 1S23, o Banco da Amazônia demonstrou seu compromisso com a promoção da pesquisa científica, investindo R\$ 761 mil.

O investimento reforça o compromisso do Banco da Amazônia em apoiar iniciativas sustentáveis e inovadoras, que não apenas preservam o meio ambiente, mas também promovem o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Com essa abordagem consciente, buscamos contribuir para a construção de um futuro mais resiliente e próspero para toda a região amazônica.





Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo Banco para atender Interesse Público

A Constituição de 1988 trouxe mudanças, em grande parte, à nova dimensão política que passou a dar tratamento especial aos desequilíbrios regionais, bem como a intensa e inédita participação dos mais variados segmentos sociais na sua elaboração, indicando um longo processo de fortalecimento da democracia brasileira.

Para mitigar as grandes desigualdades regionais do Brasil foram criados os Fundos Constitucionais pela Lei nº.7.827, de 27 de setembro de 1989. Em especial, o FNO, tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais. Referida Lei regulamenta que os recursos do Fundo estejam voltados ao financiamento dos setores produtivos da indústria, agroindústria, agropecuária, turismo, comércio e prestação de serviços, inovação, tecnologia e produtos essenciais da biodiversidade, seguidos pelo apoio à infraestrutura econômica da região, com projetos voltados à logística e saneamento. O capital humano também é financiado, através da Lei nº. 13.530/2017, por meio do Programa FNO FIES.

Para a continuidade do ciclo econômico, os recursos do FNO são retroalimentados pelos retornos e resultados de suas próprias aplicações, remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados e disponibilidade de exercícios anteriores.

Anualmente, a execução dos recursos é realizada por meio de Programas de Financiamento, elaborados pelo Banco da Amazônia, seguindo as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e pelas prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em consonância com os Planos Regionais de Desenvolvimento.

A área de atuação do FNO compreende uma extensa e desafiadora área territorial composta pelos sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Visando reduzir os problemas ocasionados pelas grandes disparidades espaciais, o Banco da Amazônia utiliza a ação do FNO Itinerante para “divulgação dos instrumentos financeiros da PNDR e a oportunidade de financiamento”, em conjunto com parceiros institucionais, constituindo uma ação estratégica fundamental para cobertura dos 450 municípios dessa região, elegíveis as áreas mais longínquas, ou onde não haja unidade física do Banco ou ainda que apresentem baixo volume de contratação nos últimos anos, com foco nos tomadores com faturamento bruto anual de até R\$ 16 milhões.

Na condição de administrador dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia efetua operações que atendem prioritariamente aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro, pequenos empreendedores, microempreendedores individuais e agricultura de base familiar).

Assim, o FNO se apresenta como instrumento fundamental na implementação das políticas públicas guiado pelas diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Regional e SUDAM, colocando a Região Norte na rota do desenvolvimento, atendendo desse modo, ao objetivo principal de desenvolvimento do país, na redução da pobreza e das desigualdades regionais.

As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta provisões para as garantias financeiras prestadas).



Governança Corporativa

O Banco da Amazônia possui estrutura de governança corporativa que assegura uma gestão transparente, eficiente e organizada com os princípios da responsabilidade social e ambiental. O Conselho de Administração (CONSAD), o Conselho Fiscal (CONFIS) e a Diretoria Executiva (DIREX) desempenham funções fundamentais nesse contexto.

Conselho de Administração (CONSAD)

O CONSAD é composto por sete membros, dos quais quatro são indicados pela União, um é representante dos empregados, um dos acionistas minoritários, e o Presidente do Banco atua como membro nato. Atualmente a Sr^a Maria Abadia da Silva Alves ocupa o cargo de presidente do CONSAD, sendo a segunda mulher, consecutivamente, a presidir o Conselho.

Conselho Fiscal (CONFIS)

O CONFIS é composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três indicados pela União e um representante dos acionistas minoritários.

Diretoria Executiva (DIREX)

A Diretoria Executiva é composta pelo Presidente e cinco Diretores, refletindo uma mescla de profissionais experientes do banco e do mercado.

O Comitê de Auditoria (COAUD) é independente e técnico, todos com entendimento em auditoria e contabilidade, além de que a presidente do Comitê de Pessoas foi selecionada por processo conduzido pelo Conselho de Administração.

O Banco da Amazônia possui atualmente o quantitativo de 2 mulheres no CONSAD, 1 mulher no COAUD como coordenadora, 1 mulher no Conselho Fiscal e 1 mulher na Diretoria Executiva.



Assembléia Geral de Acionistas

Conselho Fiscal

Composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes.

Conselho de Administração

Composto de 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) indicados pela União, 1 (um) representante dos empregados, o Presidente do Banco e 1 (um) representante dos acionistas minoritários.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente do Banco e 5 (cinco) Diretores Executivos.

Comitê de Auditoria

Composto por 3 (três) membros

Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital

Composto por 3 (três) membros

Comitê Estratégico ASG

Composto por 3 (três) membros

Comitê Estratégico de Inovação e Tecnologia

Composto por 3 (três) membros

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Composto por 3 (três) membros



Desempenho Econômico-Financeiro

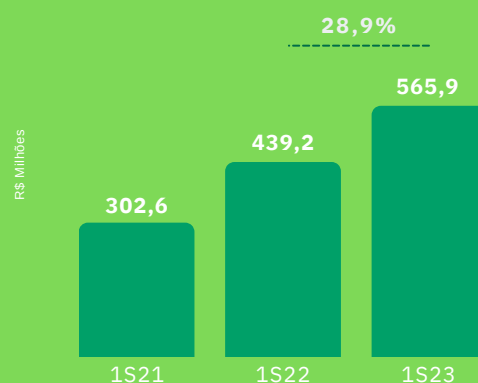
Resultados

Lucro líquido cresce 28,8%, evidenciando a força do Banco da Amazônia

No 1S23, o Banco da Amazônia alcançou um lucro líquido de R\$ 565,9 milhões, representando um crescimento de 28,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses resultados sólidos refletem a expansão da carteira de crédito e investimentos, melhorias na eficiência operacional e atuação estratégica em setores importantes para a região amazônica.

Como instituições financeiras comprometidas com uma missão de desenvolvimento regional, os resultados alcançados reforçam a capacidade do banco em cumprir sua função institucional com eficiência e confiança, confiantes para o progresso econômico e social da região amazônica.

R\$ 565,9 Mi
Lucro Líquido



Receitas da Intermediação Financeira

R\$ 1,9 Bilhão

Outras Receitas Operacionais

R\$1,4 Bilhão

Outras Despesas Operacionais

R\$ 882,3 Milhões

Resultado Operacional

R\$ 667,4 Milhões

No 1S23, o Banco da Amazônia alcançou lucro líquido de R\$ 565,9 milhões, o que representa aumento de 28,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho sólido pode ser atribuído a uma série de fatores estratégicos que sustentaram os resultados. As receitas da intermediação financeira aumentaram 28,3%, em relação ao 1S22, totalizando R\$ 1,9 bilhão. Esse aumento foi impulsionado pelo desempenho positivo das operações de crédito, que cresceram 39,1%, atingindo R\$ 1,0 milhão. As operações com títulos e valores mobiliários apresentaram aumento de 18,7%, totalizando R\$ 969,5 milhões.

Por outro lado, as despesas da intermediação financeira aumentaram em 44,0%, em relação ao 1S22, totalizando R\$ 1,4 bilhão. Esse aumento foi influenciado principalmente pelas operações de captação no mercado, pelas Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e pelas Operações de Empréstimos e Repasses.

As outras receitas operacionais também desempenharam um papel importante no resultado, com um crescimento de 12,0%, totalizando R\$ 1,4 bilhão. Impulsionado pelo crescimento de 26,2% de receitas de del credere e 172% nas receitas de recuperação de créditos do FNO.

O desempenho positivo reflete a abordagem estratégica do Banco da Amazônia como uma instituição focada no desenvolvimento regional, voltada para os setores-chave da região amazônica. O lucro líquido robusto reafirma a capacidade da instituição em gerar resultados sólidos e sustentáveis, demonstrando seu compromisso com o crescimento econômico e social da região.

Patrimônio Líquido

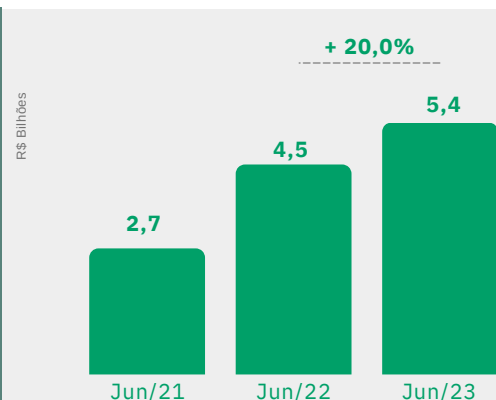
R\$ 5,4 Bilhões

Ao final do 1S23, o patrimônio líquido atingiu R\$ 5,4 bilhões, o que representa um aumento de 20,0% em relação ao mesmo período de 2022, quando era de R\$ 4,5 bilhões.

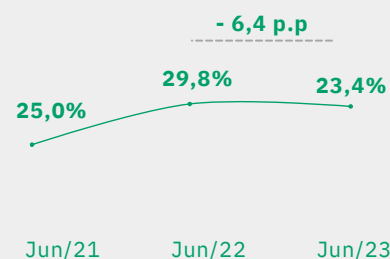
Embora o ROE tenha apresentado uma queda no período, passando de 29,8% no 1S22 para 23,4% no 1S23, mas ainda se mantêm em patamares elevados. Isso demonstra que o Banco da Amazônia continua eficiente, proporcionando uma rentabilidade em relação ao próprio capital.

Assim, o crescimento do patrimônio líquido e o desempenho sólido do ROE reafirmam o compromisso e a competência do Banco da Amazônia em fortalecer sua posição no mercado financeiro e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

* O ROE consiste no retorno total do Lucro Líquido em relação ao Patrimônio Líquido do exercício anterior, conforme indicador aprovado na SEST.



ROE



Desempenho Operacional

Crédito de Fomento

R\$6,3 Bilhões

Fomento Contratado

No 1S23, o Banco da Amazônia reafirmou seu compromisso com o fomento econômico regional ao concretizar operações de crédito no valor total de R\$ 6,3 bilhões, através de 15.187 contratos, beneficiando diretamente 12.583 clientes, impulsionando o crescimento de suas atividades e empreendimentos em toda a região.

Foram destinados R\$ 4,6 bilhões a pessoas físicas, enquanto R\$ 1,7 bilhão foram destinados a projetos e negócios de pessoas jurídicas. Aproximadamente R\$ 3,8 bilhões foram alocados para o custeio de atividades, potencializando o desenvolvimento de setores estratégicos na economia da Amazônia.



R\$5,4 Bilhões

Em desembolso no 1S23

R\$ 5,1 Bilhões

Aplicados no Agronegócio

Fortalecendo o agronegócio amazônico com investimentos sólidos e colheitas de sucesso



No 1S23, o Banco da Amazônia manteve seu forte apoio ao agronegócio regional, concretizando operações de crédito no valor de R\$ 5,1 bilhões. Foram firmados 12.784 contratos, beneficiando diretamente 10.456 clientes envolvidos no setor agropecuário.

Desse montante, R\$ 4,6 bilhões foram direcionados a pessoas físicas, fortalecendo agricultores e produtores agrícolas que são fundamentais para o desenvolvimento do agronegócio na Amazônia. Além disso, R\$ 561,1 milhões foram destinados a projetos e negócios de pessoas jurídicas, impulsionando o crescimento de empreendimentos agroindustriais na região.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) recebeu nosso apoio, com R\$ 335,9 milhões em investimentos, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais da Amazônia.

As operações de crédito no agronegócio também se concentraram em custeio, totalizando R\$ 3,8 bilhões, e em investimento, alcançando R\$ 1,4 bilhão, reafirmando nosso compromisso em oferecer soluções financeiras adaptadas às diversas necessidades do setor agropecuário.

O Banco da Amazônia continuou empenhado em fortalecer e acolher o agronegócio regional, confiante para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

R\$294,8 Milhões

Em Infraestrutura

No 1S23, financiamos R\$ 274,9 milhões no setor de Transmissão de Energia Elétrica.



R\$ 335,9 Milhões Aplicados no PRONAF

No 1S23, o Banco da Amazônia garantiu sua missão de promover o desenvolvimento rural e social ao destinar R\$ 335,9 milhões em operações de crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse investimento estratégico representa nosso compromisso em cuidar da agricultura familiar na região amazônica, proporcionando melhores condições de vida e fomentando o crescimento sustentável das comunidades rurais.

Ao longo desse período, realizamos um total de 8.923 contratos, beneficiando diretamente 8.559 clientes. Esses números refletem o alcance e o impacto positivo do PRONAF em nossa região, permitindo que mais famílias tenham acesso a recursos financeiros para investir em suas atividades agrícolas e melhorar suas condições de vida.



Plano Safra 2023/2024

Para o Plano Safra 23/24, serão destinados recursos no valor de R\$ 9,9 bilhões. Desse montante, R\$ 5,5 bilhões, será direcionado para apoiar a Agricultura Familiar, Mini e Pequeno Produtor, enquanto R\$ 4,4 bilhões, será destinado ao Médio e Grande Produtor.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO



R\$ 5,4 Bilhões
Aplicados através do FNO



14.288
contratos



R\$3,3 Bilhões
Linhas Verdes FNO



R\$ 3,0 Bilhões
Apoyo aos pequenos portes



FNO, compromisso com o desenvolvimento da região.

O Banco da Amazônia é o agente operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais.

Anualmente, a execução dos recursos é realizada por meio de Programas de Financiamento, elaborados pelo Banco da Amazônia, seguindo as diretrizes e orientações gerais do MIDR e pelas prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

No 1S23, o Banco da Amazônia disponibilizou R\$ 5,4 bilhões em financiamentos com recursos do FNO. Desse montante, R\$ 4,3 bilhões foram destinados às operações rurais, impulsionando o agronegócio e fortalecendo o setor agropecuário na Amazônia. Além disso, R\$ 1,1 bilhão foi direcionado para operações não rurais, fomentando diversos segmentos da economia e o crescimento sustentável da região. Essas ações refletem o papel estratégico do Banco no apoio ao progresso econômico e social do Norte do país.

Impactos Econômicos e Sociais da atuação do Banco da Amazônia

IMPACTOS ESTIMADOS NA ECONOMIA DA REGIÃO

*Matriz insumo produto

Recursos Aplicados
R\$ 5,4 bilhões



R\$ 4.261 milhões

Produto Interno Bruto



R\$ 9.870 milhões

Valor Bruto da Produção



R\$ 393 milhões

Tributos



R\$ 1.779 milhões

Salários



111.627

Empregos Estimados

Segundo o estudo Técnico de Estudos Econômicos, *para construção dessa estimativa utilizou-se o método *Propensity Score* - Matriz Insumo Produto (MIP/2015), via Sistema *Amazonsys*, considerando os efeitos de transbordamento (Diretos, indiretos e induzidos) do volume total aplicado na Região Norte, com recursos do FNO no 1S23.

Com base em estudo da matriz insumo-produto geraram ou ajudaram a manter 111.627 mil de empregos, aumentaram R\$ 1,8 milhão na massa salarial e promoveram incremento de R\$ 393 milhões na arrecadação tributária, além de incrementar R\$ 9,8 milhões no valor bruto da produção e R\$ 4,2 milhões no valor adicionado à economia.

Apoio aos Pequenos Portes

R\$ 3,0 Bilhões Destinados aos Pequenos Portes

No 1S23, o Banco da Amazônia concedeu crédito de R\$ 3,0 bilhões em apoio aos pequenos portes. Esses recursos foram direcionados para incentivar o empreendedorismo e acolher a economia regional, para a geração de empregos e renda nas comunidades atendidas.

Nosso objetivo é promover um ambiente favorável para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos, permitindo que eles sejam protagonistas na construção de um futuro próspero para a região amazônica. Por meio de parcerias e soluções financeiras personalizadas, buscamos facilitar o acesso ao crédito e fornecer o suporte necessário para que os negócios de pequeno porte possam prosperar e expandir suas operações.



MPEI's

Impulsionando o futuro das MPEI's na Amazônia

No 1S23, o Banco da Amazônia concedeu R\$ 370,4 milhões em crédito às micro e pequenas empresas e Microempreendedores Individuais, com crescimento de 8,6% na quantidade de operações realizadas, em relação ao mesmo período do ano anterior.



Microcrédito Produtivo Orientado - MPO

R\$138,1 Milhões

Semeando oportunidades,
colhendo progresso na região



O Programa Amazônia Florescer Urbano apresentou crescimento de 21,3% no 1S23 em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Com a aplicação de R\$ 138,1 milhões em 10.881 operações, beneficiamos 31.907 clientes, evidenciando o impacto do programa positivo na região.

Comparado ao 1S22, observamos um crescimento de 5,1% no número de contratos realizados. Além disso, registramos um aumento de 9,6% no número de clientes atendidos em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse crescimento se deve às melhorias integradas no programa, como a simplificação dos processos, aprimoramentos na política de crédito e expansão da plataforma digital do Programa Amazônia Florescer Urbano. A implantação da Unidade de Microfinanças no município de Cametá, no Pará, também desempenhou um papel importante no fortalecimento do programa e na extensão de seu alcance.

Pronampe

R\$54,9 Milhões

Aplicados aos empreendedores
e pequenas empresas

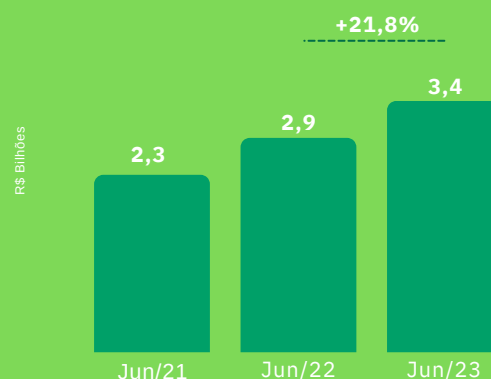
Criado em meados de 2020, durante a pandemia, o programa oferece empréstimos para pequenas empresas com juros mais baixos e prazo maior para começar a pagar. Desde sua criação, o PRONAMPE passou por várias mudanças. Em junho/21, o programa tornou-se permanente e, mais recentemente, incluiu microempreendedores individuais (MEI).

No 1S23 injetamos R\$ 54,9 milhões na economia regional, através do PRONAMPE.

Crédito Comercial

R\$ 3,4 Bilhões

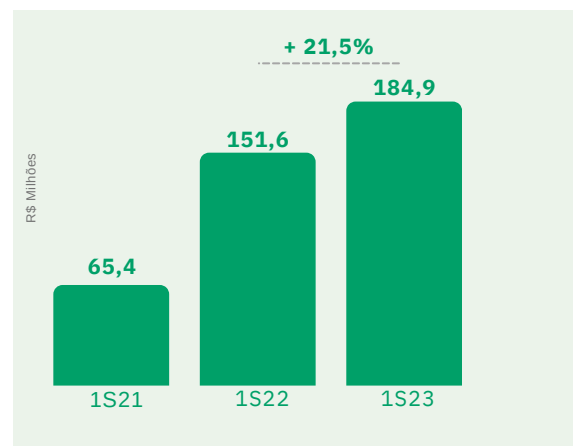
A carteira comercial encerrou o 1S23 com saldo de R\$ 3,4 bilhões, crescimento de 21,8%, em comparação ao 1S22 que foi de R\$ 2,9 bilhões. Ampliação decorrente de campanhas para expansão do volume em nossas principais linhas da carteira comercial.



Recuperação de Crédito

R\$184,9 Milhões

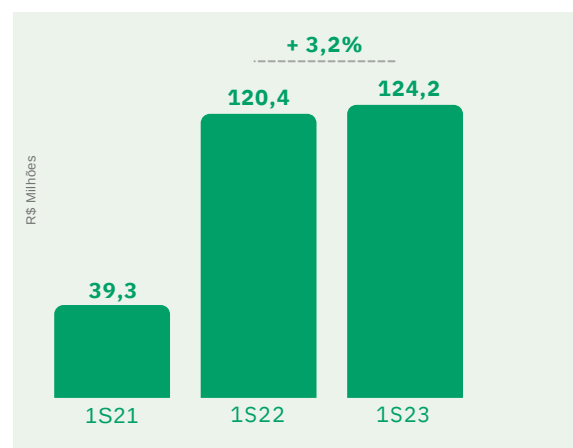
No 1S23 recuperamos R\$ 184,9 milhões, crescimento de 21,5% em relação ao 1S22, quando teve volume financeiro recuperado de R\$ 151,6 milhões. O resultado da recuperação de crédito teve forte influência da efetivação das renegociações de crédito ao amparo da Lei 14.166/ 21, dispositivo de natureza legal com ampla gama de benefícios que alcançou um extenso público elegível.



Receitas de Tarifas Bancárias

R\$124,2 Milhões

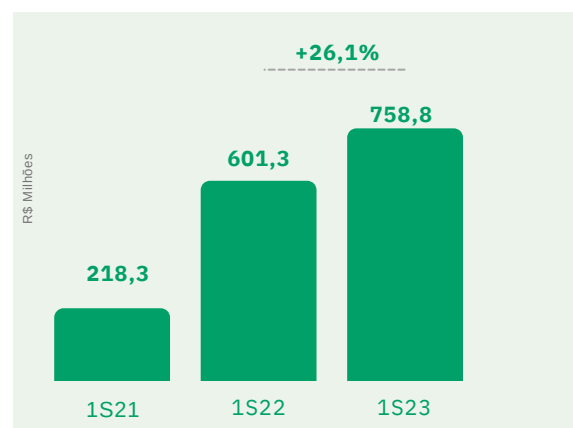
As receitas de tarifas bancárias atingiram o volume de R\$ 124,2 milhões no 1S23, crescimento de 3,2% em relação ao 1S22, quando atingiu R\$ 120,4 milhões. Tarifas de Pessoa Física cresceu 2,07%, em relação ao 1S22, atingindo R\$ 83,8 milhões, enquanto no 1S22 fechou em R\$ 80,0 milhões. Tarifas de PJ cresceu 5,4%, em relação ao 1S22.



Del Credere

R\$758,8 Milhões

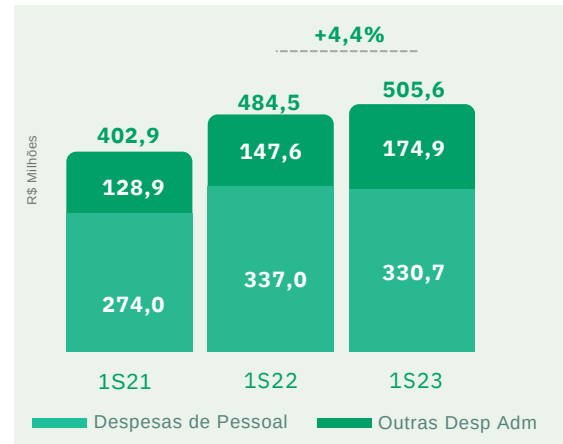
O del credere é o spread bancário que o Banco recebe por assumir o risco e cobrir as despesas operacionais, inadimplência e de capital regulamentar. No 1S23 as receitas de del credere atingiram R\$ 758,8 milhões, crescimento de 26,1% em relação ao 1S22, quando as receitas de del credere atingiram R\$ 601,3 milhões. Este crescimento está diretamente relacionado as operações do FNO com risco 100% assumido pelo Banco.



Despesas Administrativas

R\$505,6 Milhões

As Despesas Administrativas no 1S23 cresceram de 4,4% em relação ao 1S22, atingindo R\$ 505,6 milhões, contra R\$ 484,5 milhões no mesmo período do ano anterior. Esta elevação foi impactada principalmente por elevações em despesas de processamento de dados, promoções e relações públicas e despesas com serviços técnicos especializados.



Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

R\$969,5 Milhões

O resultado da Carteira de Tesouraria avançou 18,7%. Observou-se incremento nas receitas, principalmente nas rendas de títulos de renda fixa.

Desde 2022, a Selic veio numa crescente atingindo o seu maior patamar em agosto/22, e por ser o principal indexador de remuneração dos títulos em Tesouraria, contribuiu com o resultado da carteira de títulos e valores mobiliários do Banco.





Carteira de Crédito

Com crescimento de 10,6%, nossa carteira de crédito ativa alcançou R\$ 49,9 bilhões no 1S23

Ao final do 1S23, nossa carteira de crédito ativa alcançou R\$ 49,9 bilhões, o que inclui também os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Crescimento de 10,6% em comparação com o fechamento do 1S22.

Do total da carteira, 42,7% consistem em operações com risco 100% do Banco, demonstrando nossa confiança na avaliação e concessão de crédito. Além disso, 55,4% das operações representam riscos compartilhados, enquanto 2,0% estão vinculados a compromissos assumidos pela União.

Aproximadamente 85,3% das operações da carteira estão concentradas nas categorias de risco que variam entre os ratings AA-C, destacando nossa atenção à solidez e ao equilíbrio financeiro dos clientes que atendemos.

Nossa carteira de crédito é praticamente equilibrada, dividindo-se quase igualmente entre pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ), com ambos representando cerca de 50% das operações. Essa abordagem reflete nossa busca por atender de maneira abrangente e diversificada as necessidades financeiras tanto de indivíduos quanto de empresas, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Inadimplência abaixo do SFN

No 1S23, o Banco enfrentou um cenário desafiador em relação à inadimplência, com taxas acima do registrado no mesmo período do ano anterior. A inadimplência acima de 90 dias atingiu 1,87%, comparada a 1,66% do 1S22. Essa situação demandou uma atuação estratégica e proativa para lidar com os desafios decorrentes da deterioração da capacidade creditícia de alguns tomadores, especialmente no segmento PJ.

No entanto, mesmo diante desse aumento na inadimplência, o Banco conseguiu manter-se abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o que demonstra a eficácia de suas práticas de gestão de risco e cobrança em comparação com outras instituições financeiras.

Enquanto a inadimplência geral do SFN alcançou 3,55%, o segmento PF apresentou uma taxa de 1,20% no 1S23, comparada a 1,53% do mesmo período do ano anterior. Já o segmento PJ registrou uma taxa de 2,66% no 1S23, enquanto no 1S22 foi de 1,82%. Embora a inadimplência tenha aumentado para o segmento PJ, o Banco conseguiu se manter abaixo da média do SFN nesse segmento, evidenciando a solidez de suas políticas de análise de crédito e acompanhamento de clientes corporativos.

No segmento rural, por sua vez, o Banco conseguiu reduzir a inadimplência, saindo de 1,36% em Junho de 2022 para 1,05% em Junho de 2023. Essa melhoria pode ser atribuída, em grande parte, à regularização de operações vencidas e às ações de cobrança de natureza administrativa.

Essas comparações demonstram a importância de uma gestão criteriosa e focada na avaliação de riscos e na prevenção da inadimplência. O Banco tem se mantido vigilante às tendências do mercado, tomando decisões baseadas em informações sólidas e adotando medidas proativas para mitigar os impactos da inadimplência.



Gestão de Capital

O BASA faz a gestão do seu capital regulamentar com base nas diretrizes do acordo de Basileia III, cuja estrutura atende ao previsto na Resolução BACEN 4557/2017. Possui Plano de Capital com prospecção de três anos para subsidiar a manutenção do capital nos níveis desejáveis.

Ao final do 1S23, o Patrimônio de Referência alcançou R\$ 5,4 bilhões, um crescimento de 29,95%, quando comparado ao mesmo período de 2022 (R\$ 4,1 bilhões). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 12,7% em relação ao ano anterior, saindo de R\$ 31,2 bilhões (Jun/2022) para R\$ 34,5 bilhões (Jun/2023). Estas variações nos componentes de capital mantiveram os índices de adequação do capital em patamar superior à exigência legal, tendo apresentado, ao final do 1S23, Índice de Basileia de 13,42%, elevação de 1,77 p.p se comparado a Jun/2022 onde o IB foi de 11,65%.



Ações BAZA3

41,9% de valorização em 2023

O Banco apresenta uma composição acionária diversificada, com a maioria das ações pertencendo a União, representando 97,01% do total.

O segmento de pessoa física detém 1,87% das ações, distribuídas entre 15.566 acionistas, o que demonstra uma ampla base de investidores individuais.

Já o segmento de pessoa jurídica possui uma participação de 1,10% nas ações do Banco, distribuídas entre 551 acionistas corporativos.

Os acionistas residentes no exterior detêm uma parcela de 0,02% das ações, representados por um grupo de 12 investidores estrangeiros.

A cotação de fechamento de junho de 2023 ficou em R\$ 70,94, valorizando 41,9% em 2023, tendo como referência o fechamento de 02/01 que foi de R\$ 49,32.

BAZA3 negociadas em todos os pregões da B3 no 1S23



Gestão da Integridade

A Alta Administração do Banco está comprometida com o Programa de Integridade e com o combate às práticas de corrupção. Este compromisso é demonstrado na constituição dos valores da instituição, em que um dos expoentes é o compromisso com a Integridade, ética e transparência, valores que promovem a relação de credibilidade e confiança do Banco com empregados, gestores, clientes, acionistas e sociedade.

No 1S23 a Diretoria Executiva aprovou os Indicadores de Integridade, constituído em cinco perspectivas, sendo: Alta Gestão, Qualificação e Disseminação, Antifraude e Anticorrupção, Ética e PLD/FT. No total, foram definidos 13 indicadores que serão monitorados periodicamente, e servirão de base para manutenção e/ou revisão do Programa de Integridade, bem como, de acompanhamento da evolução da maturidade antifraude e anticorrupção do Banco da Amazônia.

No que diz respeito a disseminação da cultura, em conjunto com a Comissão de Ética, Gestão de Pessoas e Corregedoria, foi planejado evento alusivo ao Dia Nacional da Ética em maio/2023, com participação da Corregedoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União - TCU. O evento foi direcionado aos empregados e alguns convidados externos, presencial e com transmissão remota, abordando temas sobre assédio sexual, assédio moral, conflito de interesse e nepotismo.



Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banco da Amazônia é consolidada de forma contínua e integrada. A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital dispõe das diretrizes para gestão de riscos, o apetite ao risco, seus níveis e limites estabelecidos nos termos da RAS (*Risk Appetite Statement*) e orienta o comportamento de todas as unidades do Banco envolvidas no processo de gestão de risco.

O Banco, classificado no Segmento 3 (S3), na forma da Resolução 4.553/2017, dispõe em sua estrutura de gerenciamento de risco e de capital: Declaração de Apetite por Riscos – RAS, Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade, o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária - IRRBB, Comitê de Riscos e Indicação – CRO - *Chief Risk Officer*, perante o BACEN.



Segurança Corporativa

Investimento em tecnologia e capacitação buscando aprimorar, cada vez mais, os sistemas de proteção, identificação e correção de vulnerabilidades.

O processo de segurança corporativa tem como objetivo gerir a segurança corporativa do Banco observando os requisitos legais, de controle, buscando a prevenção e mitigação de ameaças com o objetivo de resguardar a integridade das pessoas, das informações, dos ativos físicos e financeiros e da imagem do banco. Para tal, o Banco dispõe de área subordinada à Diretoria de Controle e Risco que atua nos seguintes macro processos: Segurança Bancária e Patrimonial, Segurança da Informação, Segurança Cibernética, Combate à Ilícitos (antifraudes, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, quebra de sigilo bancário, etc), Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, dentre outros processos correlatos.

Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

O Projeto Corporativo de Aderência a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) encontra-se em vias de finalização, deixando como legado uma base normativa e procedimental que alicerça e incorpora a privacidade e a proteção de dados pessoais em todos os níveis e processos da organização. A conclusão do Projeto culmina justamente na contratação da ferramenta de Privacidade e Proteção de Dados que se encontra em andamento. A gestão da ferramenta será conduzida por unidade interna especializada na matéria, a qual suportará este processo. Assim, além do aprimoramento da governança de dados, da aderência ao arcabouço legal vigente e da mitigação de efeitos adversos decorrentes do tratamento de dados, típicos da atividade bancária, por meio destas ações, o Banco garante destaque e diferencial competitivo no mercado.



Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Compondo as ações estratégicas de segurança, o Banco avança no processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) com a contratação da solução DTEC FLEX. Esta ferramenta possibilita ao Banco prevenir que pessoas físicas ou jurídicas com atividades suspeitas sob a ótica de PLD/FT iniciem relacionamento comercial com a instituição. A solução realiza varreduras automatizada em listas restritivas (CSNU, OFAC e outras). A importância de se trabalhar com tais listas está no fato de que elas indicam pessoas e empresas envolvidas com crimes econômicos e com o financiamento do terrorismo. Assim, a solução é fundamental para o processo de mitigação dos riscos regulatórios e de imagem.

Segurança da Informação e Segurança Cibernética

O processo de Segurança da Informação, foi reforçado com as soluções de DLP e CASB que visam criar controles e monitoramentos para garantir proteção dos dados do Banco, minimizando o risco de perda de dados intencional ou acidental, garantindo a conformidade com regulamentações e políticas internas e mantendo a confiança dos clientes e parceiros comerciais.

Segurança Patrimonial

Continuidade do processo de atualização tecnológica da segurança eletrônica integrada em toda rede física por meio da ações estruturantes: upgrade dos cofres inteligentes com sistema de autodefesa aplicada; integração dos cofres inteligentes com o sistema de monitoramento de segurança; *upgrade* das fechaduras eletrônicas e aprimoramento do sistema de CFTV, com inclusão de analíticos que auxiliam o monitoramento na identificação de potenciais ameaças. Tais ações tem desencorajado e frustrado a prática de ações criminosas contra as unidades do Banco que atualmente se encontram em patamares extremamente baixos.

Rede de Atendimento

Presente em todos os 9 Estados da Amazônia Legal

Atuamos nos nove Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. O Banco conta com uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 superintendências com **119 agências**, sendo 106 agências tradicionais e 13 agências de negócios, além de 01 Posto de Atendimento Avançado.



106



Agências tradicionais

13

BASA | NEGÓCIOS

Banco da Amazônia inaugura agência sustentável em Rondônia

No dia 23 de maio de 2023, o Banco da Amazônia inaugurou a unidade do Projeto BASA de Negócios, localizada na cidade de Machadinho D'Oeste, no estado de Rondônia.

A nova unidade apresenta uma identidade visual baseada em um projeto inovador e sustentável, com o uso de materiais e sistemas ecológicos, gestão de resíduos sólidos, práticas de uso racional da água e eficiência energética. Um destaque importante é o abastecimento de energia elétrica da agência, que é totalmente fornecido por meio de energia solar, utilizando placas fotovoltaicas.



Canais de Atendimento

Sempre atento a evolução do mercado

Sempre atento a evolução do mercado bancário e ao bem-estar, conforto e segurança dos seus clientes e usuários, o BASA ampliou suas alternativas de atendimento eletrônicos, objetivando novas tecnologias para completar as demandas necessárias dos consumidores.

Além da Rede Própria de Atendimento, destacamos os canais de *Mobile* e *Internet Banking* e, ainda, o acesso a rede compartilhada, através dos terminais de autoatendimento do Banco 24 horas, da Rede Saque Pague e ATM 24 hs espalhados por todo o país.

Transações Digitais

A elevação do fluxo de contratações é resultado do investimento contínuo no aperfeiçoamento do processo de captação de clientes por meio dos parceiros de negócio, agentes de crédito, cadastro, análise das propostas de crédito, contratação e liberação. Com um processo mais ágil e dinâmico, o custo operacional é cada vez mais otimizado e conseguimos escalar as contratações para esse nicho de mercado, tornando o Banco da Amazônia mais presente e parceiro do micro e mini produtor.

Podemos observar pelos números apresentados que houve um aumento no número de transações realizadas pelo canal digital do Banco da Amazônia, comparando o 1S23 com o 1S22. No *mobile banking*, houve um aumento de 17,8% e, no *internet banking*, uma redução de 28,8%.

Já no total de transações digitais, considerando a soma de *mobile* e *internet banking*, houve um crescimento de 12,1% no 1S23, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Além disso, as transações digitais representaram 73,7% do total de transações realizadas no 1S23, demonstrando a importância dos canais digitais para a estratégia do Banco da Amazônia e para a conveniência dos clientes.

35,0 Milhões

▲ 12,1%
1S23/1S22

**de transações
pelos canais digitais**

73,7%

**das transações
processadas são pelos
canais digitais**



Tecnologia da Informação (TI)

Nos últimos anos a área de TI tem direcionado esforços na digitalização dos processos do Banco, automatizando tarefas rotineiras trazendo agilidade na execução delas e desenvolvimento de soluções de forma mais eficientes através dos grupos ágeis. Além disso esse trabalho também se estende ao cliente final do Banco, aumentando a gama de produtos e serviços digitais do BASA.

Há grandes investimentos previsto para 2023 como a contratação a solução de Hiperconvergência e solução de Backup com objetivo de modernizar a estrutura de datacenter.

No 1S23 criamos a Solução “Primeiro Acesso” do GT-Automação Bancária, que possibilitará aos clientes efetuar o cadastro de suas credenciais de acesso aos canais Mobile e Internet Banking nos próprios sistemas sem a necessidade de intervenção da agência, além da possibilidade de desbloqueio e troca de senhas de internet com total segurança e facilidade, propiciando assim uma maior autonomia de nossos clientes e diminuindo a necessidade de atendimentos físicos pela rede de agências

Inovações em andamento:

Programa de inovação aberta do Banco da Amazônia (Acelera BASA), proposta de interação com aceleradoras e *startups* em busca de soluções inovadoras.

Contratações das soluções *Onboarding* de Cliente e Assinatura Digital, que auxiliarão na automatização dos fluxos cadastrais e nos processos de contratação respectivamente, trazendo maior segurança na realização dos negócios, redução de custo operacional nas centrais de cadastro e agências e permitindo a migração do atendimento no balcão para o atendimento 100% digital.

SIGAF, novo sistema para gestão de orçamento, contratos e pagamentos. Trará facilidade, confiabilidade e melhor acompanhamento sobre os contratos do Banco, seu orçamento e pagamentos.

Programa de Hiper Automação que atualmente está em modelagem com previsão para iniciar no 2º semestre de 2023. Este programa irá implantar plataforma que suportará a modernização e automatização de processos de negócio do Banco, especialmente *Backoffice* com foco na melhoria da eficiência operacional da empresa.

Projeto de *Big Data and Analytics* atualmente está em modelagem com previsão para iniciar no 2º semestre de 2023. Este programa irá implantar uma infraestrutura especializada com ferramental focado em gestão, organização e concentração de dados para geração de valor ao negócio.

Open Finance

O *Open Finance* busca integrar as informações dos clientes de forma a elevar a qualidade das avaliações qualitativas relacionadas ao processo de crédito, bem como prover ao cliente uma experiência melhor de utilização dos serviços do Banco, uma vez que, de acordo com a vontade do cliente em compartilhar as informações de operações e movimentos financeiros realizados em outras instituições, o ciclo de avaliação de limites, atualização cadastral e acompanhamento dos clientes e respectivo portfólio fica mais célere, bem como eleva a assertividade da oferta de soluções de crédito junto aos clientes.

A etapa atual desse projeto consiste na criação do plano de negócios que será base para criação desse ecossistema de serviços que processará as informações dos clientes, gerando insumos para agrupar as características dos clientes nos produtos disponíveis e adequar cada vez mais a oferta, além de garantir que as informações dos clientes estejam sempre atualizadas.



Gestão de Pessoas

O Banco da Amazônia encerrou o 1S23 com 2.859 empregados. A maior parte desses funcionários está lotada nas unidades que compõem a Rede de Atendimento, incluindo agências e superintendências. Além dos empregados, o Banco oferece oportunidades a 235 estagiários e 142 jovens aprendizes.

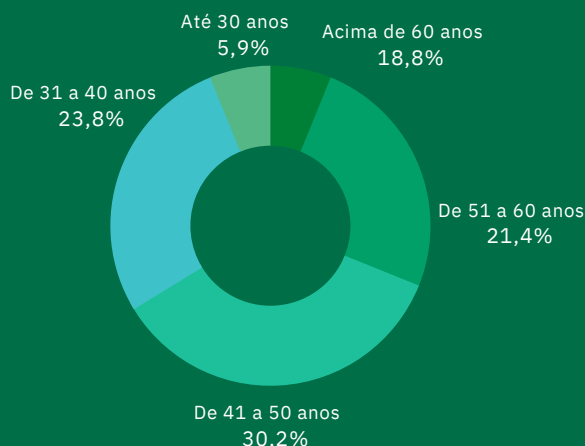
Do total de empregados, 74,0% trabalham de forma presencial, 15,0% em formato híbrido e 11,0% de forma remota, o que reflete a adaptação do Banco ao modelo de teletrabalho.

2.859

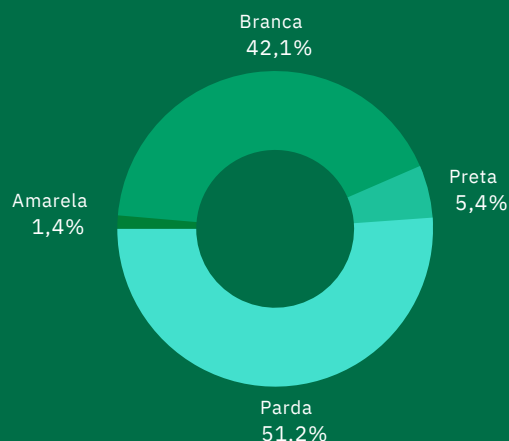
Empregados



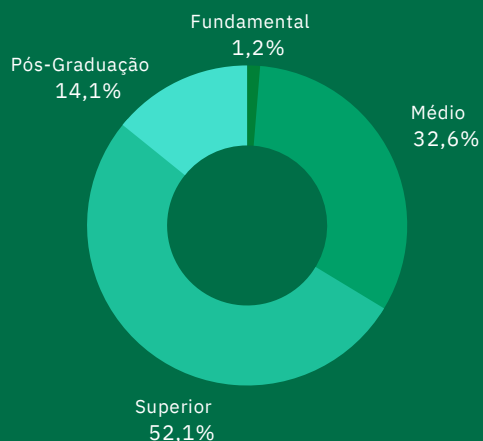
Empregados por Idade



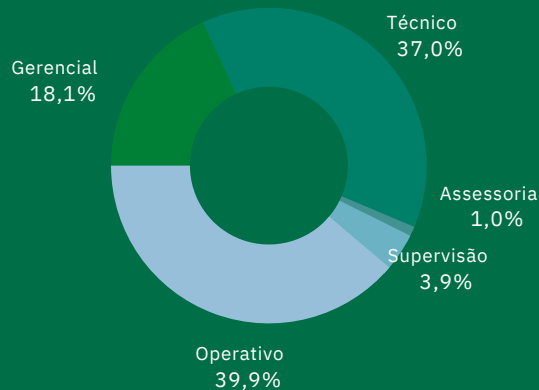
Empregados por Raça



Empregados por Escolaridade



Empregados por Eixo Técnico



Novos Empregados

No 1S23, foram admitidos 18 candidatos de nível médio (Técnicos Bancários), sendo 05 Pessoa com Deficiência (PCD) e 04 candidatos de nível superior (Técnicos Científicos).

22

Novos empregados

05

Contratações de PCD's

Educação

O Banco disponibiliza em seu Portal Educacional 230 cursos organizados em 35 trilhas, Conheça Mais e Certificações Técnicas. As trilhas lançadas mais recente são: Cultura de Dados, Projetos, Excelência no Atendimento, Excelência em Vendas, Carreira: Gestão Pessoas, Saúde no Trabalho, Alta Performance e Videoteca, Performance Agile, Novos Cenários de Negócios, Mindset de Aprendizagem, Produtividade e "Arte da Liderança". Além dos cursos, o Portal tem um ambiente de palestras online.

26.102

**cursos realizados no
Portal Educacional**

Auditoria Independente – PWC

A *PricewaterhouseCoopers* (PWC) Auditores Independentes foi contratada em dezembro de 2022 por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

O Banco da Amazônia declara que, no 1S23, a PWC Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

Agradecimentos

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

ÍNDICE

Demonstrações Financeiras.....	02
Balço Patrimonial	02
Demonstração do Resultado.....	04
Demonstração do Resultado Abrangente.....	05
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	06
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	07
Demonstração do Valor Adicionado.....	08
Notas Explicativas.....	09
Nota 1 - Contexto operacional	09
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais	09
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis	09
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	14
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez	15
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários (TVM)	15
Nota 7 - Operações de crédito	17
Nota 8 - Outros instrumentos financeiros e outros ativos	20
Nota 9 - Imobilizado de uso e intangível	21
Nota 10 - Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	22
Nota 11 - Obrigações por empréstimos	23
Nota 12 - Obrigações por repasses	23
Nota 13 - Outros passivos	24
Nota 14 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais	25
Nota 15 - Patrimônio líquido	28
Nota 16 - Tributos	30
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado	32
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)	35
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	35
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	36
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)	37
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros	37
Nota 23 - Partes relacionadas	38
Nota 24 - Remuneração paga aos empregados e administradores.....	39
Nota 25 - Benefícios a empregados	40
Nota 26 - Gerenciamento de riscos e capital	46
Nota 27 – Outras Informações.....	51
Relatório Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	54
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	60
Parecer do Conselho Fiscal.....	63
Parecer do Conselho de Administração.....	64
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras.....	65
Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente.....	66
Membros da Administração.....	67



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Financeira Individual

Semestre findo em 30 de junho de 2023 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO		30.06.2023	31.12.2022
Disponibilidades	Nota 4	54.670	64.740
Instrumentos Financeiros		39.840.956	33.584.145
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	2.195.168	1.112.159
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 6	15.634.340	11.608.795
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 8	851.931	927.618
Operações de Crédito	Nota 7	20.972.432	19.699.806
Carteira de Câmbio	Nota 8	47.291	42.771
Outros Instrumentos Financeiros	Nota 8	139.794	192.996
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 7	(735.653)	(603.555)
Provisão para Operações de Crédito		(734.967)	(588.039)
Provisão para Câmbio		(686)	(15.516)
Outros Ativos	Nota 8	61.025	54.855
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	Nota 16	1.334.512	1.282.672
Crédito Tributário		1.304.630	1.187.580
Impostos e Contribuições a Compensar		29.882	95.092
Imobilizado de Uso	Nota 9	374.393	371.210
Intangível	Nota 9	372.916	371.503
Depreciações e Amortizações	Nota 9	(534.623)	(512.212)
Depreciação Acumulada de Imobilizado de Uso		(260.653)	(251.396)
Amortização Acumulada de Intangível		(273.970)	(260.816)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Nota 5	(8.023)	(17.459)
Provisão para Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(8.023)	(17.459)
TOTAL DO ATIVO		40.760.173	34.595.899

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Financeira Individual

Semestre findo em 30 de junho de 2023 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

P A S S I V O		30.06.2023	31.12.2022
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		31.170.800	25.656.343
Depósitos	Nota 10	10.384.193	8.338.455
Captações no Mercado Aberto	Nota 10	69.987	70.041
Letra de Crédito do Agronegócio	Nota 10	648.141	319.315
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 13	27.098	10.514
Obrigações por Empréstimo	Nota 11	50.660	44.758
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	Nota 12	557.308	600.079
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	Nota 13	22.631	3.220
Sociais e Estatutárias	Nota 13	3.808	377.990
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	Nota 13	19.262.085	15.738.193
Outros Passivos Financeiros	Nota 13	144.889	153.778
Provisões	Nota 14	3.897.703	3.580.280
Provisão para Pagamento a Efetuar		373.544	121.739
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		1.665.519	1.566.721
Provisão para Passivos Atuariais		1.168.246	1.162.250
Provisão para Demandas Judiciais		221.540	217.522
Provisão para Planos Saldados		468.505	511.699
Provisões Diversas		349	349
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	Nota 16	229.057	517.896
Fiscais e Previdenciárias		207.000	501.208
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos		22.057	16.688
Patrimônio Líquido	Nota 15	5.462.613	4.841.380
Capital Social		3.654.918	3.654.918
Capital Realizado		3.654.918	3.654.918
Reservas de Capital		2.253	2.253
Reservas de Lucro		2.265.732	1.699.479
Outros Resultados Abrangentes		(460.290)	(515.270)
TOTAL DO PASSIVO		40.760.173	34.595.899

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Demonstração Financeira Individual
 Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

		1º SEMESTRE/2023	1º SEMESTRE/2022
Receitas da Intermediação Financeira		1.979.731	1.542.778
Operações de Crédito	Nota 7	1.010.281	726.112
Resultado de Operações com TVM	Nota 6	969.450	816.666
Despesas da Intermediação Financeira		(1.437.473)	(998.553)
Operações de Captação no Mercado	Nota 10	(477.339)	(311.017)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 12	(720.909)	(558.010)
Resultado de Operações de Câmbio		(2.272)	(778)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(236.953)	(128.748)
Provisão para Operações de Crédito	Nota 7	(239.843)	(121.043)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	Nota 8	3.524	(374)
Provisão para Câmbio	Nota 7	(634)	(7.331)
Resultado de Intermediação Financeira		542.258	544.225
Outras Receitas Operacionais		1.402.965	1.252.482
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 17	267.240	385.035
Rendas de Tarifas Bancárias	Nota 17	124.236	120.400
<i>Del Credere</i> FNO	Nota 20	758.882	601.392
Recuperação de Rendas FNO	Nota 20	146.752	53.776
Recuperação de Encargos e Despesas		5.229	2.085
Demais Receitas Operacionais	Nota 17	100.626	89.794
Outras Despesas Operacionais		(882.259)	(657.212)
De Pessoal	Nota 17	(330.719)	(336.978)
Administrativas	Nota 17	(174.986)	(147.581)
Tributárias	Nota 17	(91.028)	(79.460)
Demais Despesas Operacionais	Nota 17	(285.526)	(93.193)
Despesas de Provisões		(395.580)	(414.394)
Garantia Financeira Prestada	Nota 17	(187.411)	(103.985)
Passivo Atuarial	Nota 17	(83.206)	(123.961)
Demandas Judiciais	Nota 17	(99.042)	(143.108)
Planos Saldados	Nota 17	(25.921)	(43.340)
Resultado Operacional		667.384	725.101
Resultado Não Operacional	Nota 17	7.236	249
Resultado Antes dos Tributos e Participações		674.620	725.350
Tributos sobre o Lucro	Nota 16	(108.695)	(286.189)
Provisão para Imposto de Renda		(145.537)	(188.723)
Provisão para Contribuição Social		(119.573)	(154.707)
Ativo Fiscal Diferido		156.415	57.241
Lucro Líquido	Nota 15	565.925	439.161
Lucro por Ação Básico Diluído - Em Reais	Nota 15	10,09529	14,81352

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstração Financeira Individual
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	1º SEMESTRE/2023	1º SEMESTRE/2022
Lucro Líquido do Período	565.925	439.161
Outros Resultados Abrangentes do Período	55.636	54.742
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	44.244	(30.607)
Ajustes de Avaliação Patrimonial Títulos Disponíveis para Venda	80.838	(55.667)
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial Títulos Disponíveis para Venda	(36.594)	25.060
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	11.392	85.349
Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	20.116	154.462
Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(9.052)	(69.473)
Realização da Reserva de Reavaliação	596	644
Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(268)	(284)
Resultado Abrangente do Período	621.561	493.903

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Demonstração Financeira Individual
 Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto		1º SEMESTRE/2023	1º SEMESTRE/2022
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Resultado Antes dos Tributos e Participações	Nota 16	674.620	725.350
Ajustes ao Resultado Líquido antes dos Tributos e Participações		860.275	187.340
Depreciações e amortizações	Nota 17	22.411	26.416
Provisão para perdas esperadas assoc. risco de crédito e outros créditos	Nota 7	240.504	128.774
Provisão para repasses do FNO		-	458
Despesas de provisões para outros ativos		3.315	4.554
(Ganhos)/Perdas de capital		(7.034)	(15)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 16	156.415	(57.241)
Resultado com variação cambial		2.976	2.452
Despesas de provisões para passivos contingentes		124.963	186.448
Despesas de outras provisões		327.847	129.881
Despesas de provisões para riscos do FNO		185.962	98.065
Reversão de provisões para outros créditos	Nota 7	(27)	(400)
Reversão de outras provisões operacionais	Nota 17	(18.153)	(120)
Reversão de provisão para repasses do FNO		(3.524)	(84)
Reversão de outras provisões operacionais - aplicações depósitos interfinanceiros.		(9.436)	-
Reversão de provisões contingenciais	Nota 17	(57.249)	(45.659)
Tributos sobre o Lucro	Nota 16	(108.695)	(286.189)
Resultado Líquido Ajustado		1.534.895	912.690
Variações Patrimoniais		3.532.580	2.814.125
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários para negociação		10.147	(19.686)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		(1.099)	118
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(313.002)	121.623
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e Interdependências		95.795	(76.296)
(Aumento) em operações de crédito		(1.365.541)	(3.376.485)
(Aumento)/Redução em outros créditos		(174.710)	10.414
Aumento em depósitos		2.045.738	2.599.473
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(36.869)	(9.623)
Aumento em captações no mercado aberto		328.772	36.355
Aumento em outras obrigações		3.077.878	3.645.660
Imposto de renda e contribuição social pagos		(134.529)	(117.428)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.067.475	3.726.815
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(6.603.687)	(2.816.917)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		2.612.283	705.997
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(45)	(939)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		-	25.267
Adição em imobilizado de uso	Nota 9	(3.638)	(1.072)
Alienação do imobilizado de uso	Nota 9	455	4
Aquisição do Intangível	Nota 9	(1.413)	(26.238)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.996.045)	(2.113.898)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - pagos		-	(46.311)
Dividendos e Juros sobre capital próprio - pagos		(311.492)	(203.134)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADOS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(311.492)	(249.445)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		759.938	1.363.472
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do período		889.731	1.731.958
No fim do período	Nota 4	1.649.669	3.095.430
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		759.938	1.363.472

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração Financeira Individual

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

EVENTOS		CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS		LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2022	Nota 15	3.654.918	-	2.253	17.600	249.738	1.449.741	-	(532.870)	-	4.841.380
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	-	44.244	-	44.244
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	-	44.244	-	44.244
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	-	11.064	-	11.064
Homologação do Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS	Nota 15	-	-	-	(328)	-	-	-	-	328	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	-	(596)	-	-	-	-	596	-
Realização da Reserva		-	-	-	(596)	-	-	-	-	596	-
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	-	268	-	-	-	-	(268)	-
Realização da Reserva		-	-	-	268	-	-	-	-	(268)	-
LUCRO LÍQUIDO	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	-	565.925	565.925
DESTINAÇÕES	Nota 15	-	-	-	-	28.296	403.468	134.489	-	(566.253)	-
Reservas		-	-	-	-	28.296	403.468	-	-	(431.764)	-
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	134.489	-	(134.489)	-
SALDOS EM 30.06.2023	Nota 15	3.654.918	-	2.253	17.272	278.034	1.853.209	134.489	(477.562)	-	5.462.613
SALDOS EM 31.12.2021	Nota 15	1.623.252	-	2.253	18.480	193.622	1.681.445	-	(574.099)	-	2.944.953
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	-	(30.607)	-	(30.607)
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	-	(30.607)	-	(30.607)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	-	84.989	-	84.989
AUMENTO DE CAPITAL		1.000.000	1.031.666	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	1.031.666
Incorporação de Reservas		1.000.000	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-
Integralização do Aumento de Capital		-	1.031.666	-	-	-	-	-	-	-	1.031.666
OUTROS EVENTOS	Nota 15	-	-	-	(360)	-	-	-	-	360	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	-	(644)	-	-	-	-	644	-
Realização da Reserva		-	-	-	(644)	-	-	-	-	644	-
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	-	284	-	-	-	-	(284)	-
Realização da Reserva		-	-	-	284	-	-	-	-	(284)	-
LUCRO LÍQUIDO	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	-	439.161	439.161
DESTINAÇÕES	Nota 15	-	-	-	-	21.958	313.172	104.391	-	(439.521)	-
Reservas		-	-	-	-	21.958	313.172	-	-	(335.130)	-
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	104.391	-	(104.391)	-
SALDOS EM 30.06.2022	Nota 15	2.623.252	1.031.666	2.253	18.120	215.580	994.617	104.391	(519.717)	-	4.470.162

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Demonstração Financeira Individual
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

		1º SEMESTRE/2023	1º SEMESTRE/2022
1. RECEITAS		3.152.986	2.666.768
1.1. Intermediação Financeira		1.979.731	1.542.778
1.2. Prestações de Serviços	Nota 17	391.476	505.435
1.3. Provisões para Perdas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito		(236.953)	(128.748)
1.4. Outras		1.018.732	747.303
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.200.521)	(869.805)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(824.177)	(620.293)
3.1. Materiais, energia e outros		(20.632)	(19.065)
3.2. Serviços de terceiros		(122.433)	(93.634)
3.3. Outras		(681.112)	(507.594)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		1.128.288	1.176.670
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	Nota 17	(22.411)	(26.416)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)		1.105.877	1.150.254
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		1.105.877	1.150.254
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.105.877	1.150.254
8.1 Pessoal		274.780	280.811
8.1.1 Remuneração direta		201.415	208.720
8.1.2 Benefícios		52.991	45.998
8.1.3 FGTS		20.374	26.093
8.2 Impostos, taxas e contribuições		255.662	421.816
8.2.1 Federais		247.021	413.834
8.2.2 Estaduais		47	9
8.2.3 Municipais		8.594	7.973
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		9.510	8.466
8.3.1 Aluguéis	Nota 17	9.510	8.466
8.4 Remuneração de capitais próprios	Nota 15	565.925	439.161
8.4.1 Resultado Líquido do semestre/período		565.925	439.161

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõe a amazônia legal brasileira e na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às MPEI's.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Nota Explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (Nota Explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Nota Explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta as provisões para as garantias financeiras prestadas).

2. Apresentação das informações demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.910/2021 e Resolução BCB nº 2/2020. Para a contabilização das operações, fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do, Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas demonstrações financeiras do Banco as seguintes normas:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 4.910/2021 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Deliberação CVM nº 117/2022 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
- Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de agosto de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (Nota Explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (Nota Explicativa nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado (valor justo) dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B3 – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (Nota Explicativa nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e as instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016 e a Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 1º de dezembro de 1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco a

título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (Nota Explicativa nº 14).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (Nota Explicativa nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020.

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33(R1) como de curto prazo e de pós-emprego. O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem, portanto, desconto a valor presente, mediante cálculo iminentemente financeiro ou cálculo atuarial (financeiro e probabilístico, em conjunto), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego de natureza previdenciária correspondem aos benefícios decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “benefício definido” e “contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica, todos estes enquadrados como de “benefício definido” segundo o Pronunciamento CPC nº 33 (R1).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo) de benefício definido, decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço corresponde ao custo do serviço corrente, ao custo do serviço passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação.

O custo do serviço corrente corresponde ao aumento no valor presente obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente, enquanto o custo dos juros resulta da aplicação da taxa de desconto sobre o valor presente da obrigação atuarial, ajustado pelas contribuições e pagamentos de benefícios, todos determinados na data das demonstrações contábeis. O custo do serviço passado corresponde à variação no valor presente da obrigação decorrente do serviço prestado pelo empregado em períodos anteriores, resultante de alterações ou reduções no plano.

Os juros líquidos, apropriados durante o período, correspondem à mudança no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo. Os juros líquidos são mensurados multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, pela taxa de desconto, ambos determinados na data das demonstrações contábeis. O valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido deve considerar quaisquer alterações decorrentes de contribuições ou pagamentos de benefícios. Dessa forma, os juros líquidos compreendem o custo dos juros, a receita de juros, os juros sobre ativo irrecuperável ou os juros sobre a restrição da obrigação (*risk sharing*).

Os juros sobre o efeito do teto de ativo são decorrentes da aplicação da taxa de desconto determinada no início do período das demonstrações financeiras sobre o valor do superávit irrecuperável, também determinado na data das demonstrações contábeis.

Efeito do teto de ativo é o valor que limita o reconhecimento de um superávit em um plano de benefícios, dado que o superávit em um plano de benefício somente pode ser reconhecido quando benefícios econômicos futuros estejam disponíveis em forma de redução de contribuições ou restituição em dinheiro diretamente à patrocinadora ou por meio

de redução de déficit de outro plano patrocinado pela Entidade. No momento, o termo utilizado para efeito do teto do ativo é superávit irre recuperável para os planos de benefícios previdenciários com situação de superávit atuarial.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevida da tábua de mortalidade.

- **Auxílio-saúde**

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano.

- **Plano de benefício definido**

Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. O cálculo da obrigação do Banco nos planos de benefício definidos é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

- **Plano misto de benefício**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução ME/CGPC nº 26/2008.

As reavaliações da obrigação líquida dos planos incluem: os ganhos e as perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

- **Aposentados de responsabilidade do Banco**

O Plano de Benefícios Previdenciais de Assistidos do Banco está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos. Estando fechado a adesões, não pode mais ocorrer o ingresso de empregado ou de ex-empregado, sendo o universo composto exclusivamente por assistidos do Banco.

O custeio dos planos é determinado atuarialmente, de forma a assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios, de responsabilidade direta do Banco e dos próprios assistidos.

- **Prev Amazônia**

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício.

O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na Nota Explicativa nº 25.

I) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota Explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ¹	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 ²	25%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2022	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de ago/2022 a dez/2022 ³	21%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 32 e inciso I do art. 36.

⁽²⁾Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽³⁾Período vigente de acordo com a Lei nº 14.446/2022 que trata da alíquota de 21% da CSLL

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Considera-se o histórico de desembolso de caixa para processos semelhantes. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$ 1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (Nota Explicativa nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (Nota Explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.b.1).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações financeiras;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as

demonstrações financeiras.

Não houve evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

q) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de riscos e capital: abrange análise de sensibilidade sobre avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento (Nota Explicativa nº 6 – Títulos e valores mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas Explicativas nº 7 – Operações de crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 31 de março de 2023 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais (Nota Explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na Nota Explicativa 27.c.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2023	31.12.2022
Disponibilidades	54.670	64.740
Disponibilidade em Moeda Nacional	44.462	52.910
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	10.208	11.830
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez^(*)	1.594.999	824.991
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.594.999	824.991
Total	1.649.669	889.731

^(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2023	31.12.2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.195.168	1.112.159
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.594.999	824.991
Letras Financeiras do Tesouro	745.003	199.990
Letras do Tesouro Nacional	650.000	140.000
Notas do Tesouro Nacional	199.996	485.001
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	600.169	287.168
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	600.169	287.168
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	(8.023)	(17.459)
Total	2.187.145	1.094.700
Circulante	2.187.145	1.094.700
Não Circulante	-	-

(*) A variação decorreu de recuperação de parte do CDI massa falida do Banco Santos.

A provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$ 8.023 (R\$ 17.459 em 31/12/2022), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e da liquidação.

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez cresceram em função do aumento do volume das Operações Compromissadas e dos Depósitos Financeiros vinculados ao Crédito Rural.

6. Títulos e valores mobiliários (TVM)

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2023	31.12.2022
Carteira Própria – Livres	14.911.679	10.913.720
Títulos Públicos	12.610.729	8.389.137
Letras Financeiras do Tesouro	12.077.764	7.983.114
Letras do Tesouro Nacional	45.887	-
Notas do Tesouro Nacional	487.078	406.023
Títulos Privados	2.300.950	2.524.583
Debêntures	627.672	734.695
Cotas de Fundos de Investimento - FIDC	39.491	39.495
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	48.243	46.452
Cotas de Fundos de Investimento - FI REF	844	794
Letras Financeiras	1.584.069	1.684.242
Título de Renda Variável - Ações	-	18.646
Cotas de Renda Variável - FINAM	631	259
Vinculados a Operações Compromissadas	70.024	70.080
Títulos Públicos	70.024	70.080
Letras Financeiras do Tesouro	70.024	70.080
Vinculados a Prestação de Garantias	652.637	624.995
Títulos Públicos	652.637	624.995
Letras Financeiras do Tesouro	51.205	48.018
Notas do Tesouro Nacional	601.432	576.977
Total	15.634.340	11.608.795
Circulante	2.829.468	3.450.080
Não Circulante	12.804.872	8.158.715

A composição da carteira de TVM é resultante das políticas financeiras e adotadas pelo Banco (Declaração de apetite a riscos, Gestão de Capital dentre outras) e da supervisão e monitoramento do Comitê de Ativos e Passivos e do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e Capital. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 85,3% do total da carteira (78,3% em 31/12/2022).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 51.205 (R\$ 48.018 em 31/12/2022) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Nuclea, e R\$ 601.432 (R\$ 576.977 em 31/12/2022) em garantias com operações BB Previdência.

A elevação da carteira de TVM, principalmente em LFTs, foi motivada pelo aumento da Taxa Selic que manteve-se em alta no período.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Por vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação⁽¹⁾	-	74.578	-	-	-	119.986	-	194.564
Títulos Públicos	-	74.578	-	-	-	119.986	-	194.564
Letras Financeiras do Tesouro	-	74.578	-	-	-	119.986	-	194.564
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	49.718	750.562	1.834.047	4.748.429	2.774.573	4.976.696	304.546	15.438.571
Títulos Públicos	-	520.365	1.054.536	3.746.621	2.578.733	4.932.820	304.546	13.137.621
Letras Financeiras do Tesouro	-	520.365	1.008.649	3.746.621	2.578.733	4.150.061	-	12.004.429
Letras do Tesouro Nacional	-	-	45.887	-	-	-	-	45.887
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	782.759	304.546	1.087.305
Títulos Privados	49.718	230.197	779.511	1.001.808	195.840	43.876	-	2.300.950
Debêntures	-	102.032	184.783	158.756	182.101	-	-	627.672
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	-	274	25.478	13.739	-	-	39.491
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	48.243	-	-	-	-	-	-	48.243
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	844	-	-	-	-	-	-	844
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	128.165	594.454	817.574	-	43.876	-	1.584.069
Cotas de Renda Variável - FINAM	631	-	-	-	-	-	-	631
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	578	14	-	613	-	1.205
Títulos Públicos	-	-	578	14	-	613	-	1.205
Notas do Tesouro Nacional	-	-	578	14	-	613	-	1.205
Total 30.06.2023	49.718	825.140	1.834.625	4.748.443	2.774.573	5.097.295	304.546	15.634.340
Total 31.12.2022	66.151	2.324.897	996.588	4.385.583	2.001.928	1.557.673	275.975	11.608.795

⁽¹⁾ Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

a.2) Ajustes de marcação

	30.06.2023				31.12.2022			
	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo
Para Negociação	194.472	194.564	92		204.744	204.712	(32)	
Letras Financeiras do Tesouro	194.472	194.564	92	Nível 1	204.744	204.712	(32)	Nível 1
Disponíveis para Venda	15.564.859	15.402.524	(162.335)		11.609.232	11.366.061	(243.171)	
Letras Financeiras do Tesouro	11.993.769	12.004.429	10.660	Nível 1	7.896.028	7.896.500	472	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	45.846	45.887	41		-	-	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.218.186	1.051.181	(167.005)	Nível 1	1.188.365	944.901	(243.464)	Nível 1
Debêntures	640.788	627.672	(13.116)	Nível 1	736.744	734.695	(2.049)	Nível 1
Cotas Fundos Invest. - FIDC	39.568	39.568	-	Nível 2	39.572	39.572	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	48.243	48.243	-	Nível 2	46.452	46.452	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - FI REF	844	844	-	Nível 2	794	794	-	Nível 2
Outros Títulos Privados - LF	1.575.291	1.584.069	8.778	Nível 2	1.690.716	1.684.242	(6.474)	Nível 2
Título de Renda Variável - Ações	-	-	-	Nível 1	9.104	18.646	9.542	Nível 1
Cotas de Renda Variável - FINAM	2.324	631	(1.693)	Nível 1	1.457	259	(1.198)	Nível 1
Mantidos até o Vencimento	1.205	1.205	-		1.160	1.160	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.205	1.205	-	Nível 1	1.160	1.160	-	Nível 1

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e as perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.06.2023	31.12.2022
Desvalorização	(978.073)	(940.034)
Valorização	815.738	696.863
Total	(162.335)	(243.171)

a.4) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º sem/2023	1º sem/2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	90.252	166.456
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽²⁾	9.436	-
Títulos de Renda Fixa	868.103	647.615
Aplicação Fundos de Investimentos	1.535	2.543
TVM - Ajuste ao Valor de Mercado	124	52
Total	969.450	816.666

⁽¹⁾ A variação está relacionada à redução do saldo das operações compromissadas pela transferência dos recursos com aquisição de títulos públicos.

⁽²⁾ Referente recuperação de parte do CDI massa falida do Banco Santos.

7. Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2023			31.12.2022		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Empréstimos	2.657.877	353.469	3.011.346	2.692.745	193.993	2.886.738
Direitos Cred. Descontados	6.979	248	7.227	3.857	2.022	5.879
Financiamentos	5.481.896	140.837	5.622.733	5.146.765	75.853	5.222.618
Financiamentos Rurais	12.151.985	179.141	12.331.126	11.496.586	87.985	11.584.571
Subtotal	20.298.737	673.695	20.972.432	19.339.953	359.853	19.699.806
Adiant. s/ Contrato Câmbio	49.319	228	49.547	42.050	15.464	57.514
Total da Carteira	20.348.056	673.923	21.021.979	19.382.003	375.317	19.757.320
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(374.428)	(360.539)	(734.967)	(442.038)	(146.001)	(588.039)
(Câmbio)	(663)	(23)	(686)	(52)	(15.464)	(15.516)
Total das Provisões	(375.091)	(360.562)	(735.653)	(442.090)	(161.465)	(603.555)
Total Líquido	19.972.965	313.361	20.286.326	18.939.913	213.852	19.153.765
Circulante			9.376.739			7.710.369
Não Circulante			10.909.587			11.443.396

A elevação da carteira de operações de crédito foi motivada, principalmente, pela expansão da carteira FNO com risco integral do Banco e conseqüentemente a provisão para operações de crédito.

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

Setor Privado	30.06.2023	31.12.2022
Rural	12.333.874	11.588.766
Indústria	1.697.344	1.753.314
Comércio	2.831.695	2.703.580
Pessoas Físicas	1.058.132	937.793
Serviços	3.100.934	2.773.867
Total da Carteira	21.021.979	19.757.320

b) Concentração dos principais devedores:

	30.06.2023	% Carteira	31.12.2022	% Carteira
Maior devedor	422.639	2,0	423.018	2,1
10 maiores devedores	2.645.242	12,5	2.558.655	13,0
50 maiores devedores	3.508.196	16,7	3.447.517	17,5
100 maiores devedores	1.231.960	5,9	1.213.986	6,1
Demais devedores	13.213.942	62,9	12.114.144	61,3
Total	21.021.979	100,0	19.757.320	100,0

Esses créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	158.406	60.604	51.354	149.570	494.612	3.354.622	4.269.168
A	444.156	366.037	308.375	709.972	2.150.671	5.676.867	9.656.078
B	175.937	100.826	65.380	213.638	655.740	1.603.954	2.815.475
C	89.984	103.013	65.185	244.112	480.915	1.830.159	2.813.368
D	66.300	7.779	37.895	14.603	19.591	288.100	434.268
E	12.818	7.424	12.030	18.448	35.865	151.253	237.838
F	3.761	1.000	965	2.938	11.744	18.076	38.484
G	324	149	232	685	4.947	4.136	10.473
H	2.536	760	1.616	3.650	11.249	53.093	72.904
Total 30.06.2023	954.222	647.592	543.032	1.357.616	3.865.334	12.980.260	20.348.056
Total 31.12.2022	213.551	372.032	448.002	3.238.064	3.436.468	11.673.886	19.382.003

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo a vencer	Total da carteira
B	66.957	-	-	-	-	-	48.145	115.102
C	7.025	40.558	-	-	-	-	20.093	67.676
D	4.946	4.459	14.644	-	-	-	25.499	49.548
E	5.238	3.432	5.297	13.707	-	-	11.562	39.236
F	3.655	6.292	8.733	17.456	14.240	-	51.004	101.380
G	4.504	2.815	5.829	9.389	4.016	-	10.169	36.722
H	17.827	18.312	12.244	35.101	53.561	13	127.201	264.259
Total 30.06.2023	110.152	75.868	46.747	75.653	71.817	13	293.673	673.923
Total 31.12.2022	70.071	47.047	27.680	53.898	50.856	40	125.725	375.317

e) Composição das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2023		31.12.2022	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	4.269.168	-	3.844.349	-
A	0,5	9.656.078	(48.280)	9.969.311	(49.846)
B	1	2.930.577	(29.306)	2.936.704	(29.367)
C	3	2.881.044	(86.431)	1.895.420	(56.863)
D	10	483.816	(48.382)	455.259	(45.526)
E	30	277.074	(83.122)	294.451	(88.335)
F	50	139.864	(69.932)	40.478	(20.239)
G	70	47.195	(33.037)	26.563	(18.594)
H	100	337.163	(337.163)	294.785	(294.785)
Total		21.021.979	(735.653)	19.757.320	(603.555)

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	30.06.2023	30.06.2022
Saldo no início do período	(603.555)	(371.331)
Provisões constituídas	(240.477)	(128.374)
Provisão para operações de crédito	(239.843)	(121.043)
Provisão para câmbio	(634)	(7.331)
Provisão para câmbio	(661)	-
Reversão de provisão para câmbio	27	-
Valores baixados como prejuízo	108.379	65.687
Saldo no final do período	(735.653)	(434.018)

g) Receitas de operações de crédito

	1º sem/2023	1º sem/2022
Empréstimos	249.998	171.734
Direitos Creditórios Descontados	1.038	1.882
Financiamentos	293.852	221.279
Financiamentos Rurais	417.179	221.953
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	38.211	108.689
Rendas de Repasses Interfinanceiros	10.003	575
Total	1.010.281	726.112

h) Operações renegociadas e recuperadas

	1º sem/2023	1º sem/2022
Renegociadas (*)	63.185	46.611
Carteira Comercial	11.252	2.693
Carteira de Fomento	51.933	43.918
Recuperadas	38.211	108.689
Carteira Comercial	16.039	63.062
Carteira de Fomento	22.150	32.178
Câmbio	-	13.449
Outros - FNO	22	-

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações ocorridas no 1º semestre tiveram aumento em 35,6% devido às renegociações de caráter administrativo ao passo que as ações amparadas em dispositivos legais alcançaram um público elegível menor em relação ao estoque da carteira.

No que se refere aos créditos recuperados, houve decréscimo em 64,8%, comparados ao mesmo período do ano anterior. O volume financeiro mais significativo de recuperação ficou concentrado em ações administrativas e judiciais.

8. Outros instrumentos financeiros e outros ativos

	30.06.2023	31.12.2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências	851.931	927.618
Relações Interfinanceiras	851.856	927.618
Direitos junto Participantes Sistema de Liquidação	7.713	242
Créditos Vinculados	520.405	609.924
Repasses Interfinanceiros (*)	323.738	317.452
Devedores por Repasses de Outros Recursos (nota nº 20)	323.769	321.007
(-) Provisão para Perdas em Repasses Interfinanceiros (nota nº 20)	(31)	(3.555)
Relações Interdependências	75	-
Carteira de Câmbio	47.291	42.771
Outros Instrumentos Financeiros	139.794	192.996
Rendas a Receber	63.855	89.595
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.b.1)	47.953	47.790
Pagamentos a Ressarcir	27.026	39.187
Títulos e Créditos a Receber	960	16.424
Com Característica de Concessão de Crédito	-	15.464
Sem Característica de Concessão de Crédito	960	960
Outros Ativos	61.025	54.855
Devedores para Apuração de Responsabilidades	29.978	31.000
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(29.978)	(31.000)
Demais Ativos	61.025	54.855
Total	1.100.041	1.218.240
Circulante	799.591	907.662
Não Circulante	300.450	310.578

(*) Estão registrados os repasses com recurso do FNO, risco integral, para outras instituições financeiras.

O saldo de devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$ 29.978 (R\$ 31.000 em 31/12/2022), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

a) Movimentação da provisão para perdas em repasses interfinanceiros

A provisão para perdas em repasses interfinanceiros apresentou a seguinte movimentação:

	30.06.2023	30.06.2022
Saldo no início do exercício	(3.555)	(93)
Provisões constituídas	3.524	(374)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	-	(458)
Reversão de Provisão para Repasses interfinanceiros	3.524	84
Saldo no final do período	(31)	(467)

9. Imobilizado de uso e intangível

a) Imobilizado de uso

	30.06.2023	31.12.2022
Imóveis de Uso	109.359	109.107
Terrenos	15.399	15.399
Edificações	93.960	93.708
Outras Imobilizações de Uso	265.034	262.103
Móveis e Equipamentos em Estoque	669	648
Imobilizações em Curso	18.740	24.643
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	74.185	71.600
Instalações	11.299	10.231
Móveis e equipamentos de uso	62.886	61.369
Outras	171.440	165.212
Sistema de Comunicação	3.040	3.040
Sistema de Processamento de Dados	154.869	149.255
Sistema de Segurança	13.464	12.937
Outros imobilizados de uso	67	10
Subtotal	374.393	371.210
(-) Depreciações Acumuladas	(260.653)	(251.396)
Total	113.740	119.814

b) Intangível

	30.06.2023	31.12.2022
Softwares Desenvolvidos ^(*)	372.916	371.503
(-) Amortização Acumulada	(273.970)	(260.816)
Total	98.946	110.687

(*) A variação positiva é referente à novas aquisições.

A movimentação do imobilizado de uso e intangível no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2022	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2023
Imobilizado de Uso	119.814	3.638	(455)	(9.257)	113.740
Intangível	110.687	1.413	-	(13.154)	98.946
Total	230.501	5.051	(455)	(22.411)	212.686

	Saldos em 31.12.2021	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2022
Imobilizado de uso	129.085	1.072	(4)	(11.961)	118.192
Intangível	111.810	26.238	-	(14.455)	123.593
Total	240.895	27.310	(4)	(26.416)	241.785

A Resolução CMN n° 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
Limite para Imobilização	2.678.714	2.292.346
(-) Situação	(113.782)	(119.855)
Margem	2.564.932	2.172.491
Índice de Imobilização	2,1%	2,6%

10. Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2023	Total em 31.12.2022
À Vista⁽¹⁾	2.256.822	-	-	2.256.822	1.785.604
Poupança	744.869	-	-	744.869	749.268
Interfinanceiros	80.013	252.295	-	332.308	43.885
A Prazo	5.157.054	914.117	979.023	7.050.194	5.759.698
A prazo	116.721	914.117	979.023	2.009.861	1.903.078
Judiciais com Remuneração	70.310	-	-	70.310	68.304
Especiais com Remuneração	4.970.023	-	-	4.970.023	3.788.316
Sudam ⁽²⁾	4.178.166	-	-	4.178.166	3.056.401
Finam ⁽³⁾	758.457	-	-	758.457	704.354
Outros	33.400	-	-	33.400	27.561
Total	8.238.758	1.166.412	979.023	10.384.193	8.338.455
Circulante				9.405.170	7.430.957
Não Circulante				979.023	907.498

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro;

⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A. o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

⁽³⁾ Refere-se ao Fundo de investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

b) Captações no mercado aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registraram o volume de R\$ 69.987 em 30/06/2023 (R\$ 70.041 em 31/12/2022), e foram negociadas, ao longo do período, a uma taxa média anualizada de 13,7% (12,4% em 31/12/2022) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses.

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 648.141 no semestre e estão alocadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 319.315 em 31/12/2022, no curto prazo, ou seja, em até 12 meses).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

c) Despesas de captações no mercado

	1º sem/2023	1º sem/2022
Despesas de Captações c/ Depósitos	(472.593)	(300.416)
A Prazo	(111.565)	(89.515)
Poupança	(28.284)	(26.651)
Especiais	(290.672)	(167.065)
Interfinanceiros	(6.221)	(146)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(30.106)	(11.788)
Judiciais	(2.754)	(2.336)
Fundo Garantidor de Créditos	(2.991)	(2.915)
Desp. de Captações Mercado Aberto (Carteira Própria)	(4.746)	(10.601)
Carteira Própria	(4.746)	(10.601)
Total	(477.339)	(311.017)

O avanço nas despesas de captação foi motivado por maior volume nos depósitos e pela taxa de juros, principalmente em: especiais e depósitos a prazo.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2023 é de R\$ 50.660, com vencimento no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 44.758 em 31/12/2022), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 6,3% a.a. (4,6% a.a. em 31/12/2022) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

a.1) Classificação por encargos financeiros e prazo de liquidação

	30.06.2023			31.12.2022		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	4,0	15.879	5,0	5,2	17.639
BNDES Industrial	3,0	16,9	271.052	3,0	17,8	279.734
BNDES Rural	3,8	4,3	187.094	3,9	5,1	211.185
BNDES Comércio	4,9	7,1	30.896	5,0	7,3	31.238
BNDES Serviços	6,6	2,6	321	6,6	2,5	420
Finep	1,5	-	21	1,5	1,0	85
Finame Industrial	3,0	1,4	3.381	2,8	2,1	4.648
Finame Rural	5,4	2,6	20.250	5,3	3,4	24.951
Finame Comércio	5,3	3,7	1.545	5,3	4,2	1.933
Finame Serviços	3,1	2,8	1.860	1,9	1,9	2.752
STN OGU	1,3	1,9	25.009	1,3	2,4	25.494
Total			557.308			600.079
Circulante			72.837			81.906
Não circulante			484.471			518.173

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 27.a.

a.2) Classificação por faixa de vencimento:

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	368	633	950	1.899	7.597	4.432	-	15.879
BNDES Industrial	391	5.287	121	13.433	35.172	34.203	182.445	271.052
BNDES Rural	-	763	-	5.213	93.204	70.993	16.921	187.094
BNDES Comércio	532	1.283	463	4.132	10.796	6.306	7.384	30.896
BNDES Serviços	16	30	15	119	128	13	-	321
Finep	21	-	-	-	-	-	-	21
Finame Industrial	241	797	687	831	762	63	-	3.381
Finame Rural	1.364	4.822	33	2.016	-	-	12.015	20.250
Finame Comércio	76	143	207	313	405	316	85	1.545
Finame Serviços	91	112	199	303	865	92	198	1.860
STN OGU(*)	24.931	-	-	2	76	-	-	25.009
Total 30.06.2023	28.031	13.870	2.675	28.261	149.005	116.418	219.048	557.308
Total 31.12.2022	27.328	14.001	3.750	36.831	163.145	129.207	225.817	600.079

*Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$ 25.009 (R\$ 25.494 em 31/12/2022).

Neste semestre de 2023 e no 1º semestre de 2022, não ocorreram recolhimentos ao Tesouro Nacional. Quanto a taxa de administração, relacionada aos recursos do OGU, não houve registros no 1º semestre de 2023, assim como no 1º semestre de 2022.

b) Despesas de obrigações para empréstimos e repasses

	1º sem/2023	1º sem/2022
Despesas de obrigações p/empréstimos e repasses	(23.936)	(91.313)
Tesouro Nacional	(11)	(56.016)
BNDES	(21.899)	(27.883)
Finame	(859)	(1.165)
Finep	(1)	(3)
Com banqueiros no exterior	(1.166)	(6.246)
Despesas de obrigações p/fundos fin. desenvolvimento ⁽¹⁾	(696.973)	(466.697)
Total	(720.909)	(558.010)

⁽¹⁾ Os principais valores estão relacionados a atualização de recursos do FNO aplicados em operações com risco 100% e remuneração dos recursos disponíveis, impactadas pelo aumento nas liberações de repasses próprio e aumento da taxa Selic, respectivamente. Neste período contemplou R\$ 603 referente ao complemento da remuneração do disponível do FNO.

13. Outras passivos

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2023	31.12.2022
Remuneração do capital a pagar (*)	897	299.333
Provisão para participação nos lucros	2.911	78.657
Total	3.808	377.990

Circulante	3.808	377.990
Não circulante	-	-

^(*) A variação verificada entre os períodos decorre do pagamento de JCP e Dividendos ocorrido em Maio/2023, e o valor que permanece é referente a JCP de exercícios anteriores, conforme prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a.

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.06.2023	31.12.2022
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	19.127.814	15.587.883
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	66.323	78.296
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	67.870	71.936
Outros	78	78
Total	19.262.085	15.738.193

Circulante	19.210.237	15.675.782
Não circulante	51.848	62.411

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Outros passivos financeiros

	30.06.2023	31.12.2022
Cheques administrativos	8	1.504
Contrato de assunção de obrigações	2	2
Obrigações por aquisição de bens e direitos	47.122	61.235
Obrigações por convênios oficiais	27	27
Obrigações por prestação de serviços	126	122
Parcelas de operações de crédito - securitização	40	547
Levantamento de depósitos recursais (nota nº 14.b.1)	17.843	17.304
Credores diversos - imobilizações	1.272	38
Recebimento de recursos para aval	32.152	28.847
Demais	46.297	44.152
Total	144.889	153.778

Circulante	144.889	153.778
Não circulante	-	-

d) Demais instrumentos financeiros

	30.06.2023	31.12.2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências	27.098	10.514
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados ^(*)	22.631	3.220
Total	49.729	13.734
Circulante	49.729	13.734
Não circulante	-	-

(*) Na variação verificada entre os períodos, destaque para arrecadação pelo recebimento de tributos federais através de DARF.

14. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2023	31.12.2022
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	373.544	121.739
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.665.519	1.566.721
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.640.272	1.542.073
FDA (nota nº 19)	24.673	24.341
Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995 ⁽²⁾	569	302
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para passivos atuariais ⁽³⁾	1.168.246	1.162.250
Fundo de pensão de benefício definido	827.768	842.579
BD liquidado (nota nº 25)	732.164	749.839
Misto liquidado (nota nº 25)	37.685	32.449
Assistidos (nota nº 25)	57.919	60.291
Outros - auxílio saúde (nota nº 25)	340.478	319.671
Provisão para demandas judiciais ⁽⁴⁾	221.540	217.522
Ações trabalhistas (Indenizações)	162.876	155.238
Ações cíveis	48.300	51.876
Ações fiscais	1.466	1.466
Ações trabalhistas (Capaf)	8.898	8.942
Provisão para planos saldados (notas nº 25.b) ⁽⁴⁾	468.505	511.699
Plano BD	411.624	443.490
Plano misto	56.881	68.209
Provisões diversas ⁽⁴⁾	349	349
Desvalorização de bens	349	349
Total	3.897.703	3.580.280
Circulante	1.059.846	949.297
Não circulante	2.837.857	2.630.983

⁽¹⁾ A variação é composta principalmente pelo valor provisionado da taxa de administração que será devolvido ao Fundo.

⁽²⁾ Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Coobrigações em cessões de crédito”, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2023, o montante corresponde a R\$ 9.017 (R\$ 9.212 em 31/12/2022).

⁽³⁾ Através da IN BCB nº 275, de 01 de abril de 2022, o Bacen criou contas de “Passivos atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

⁽⁴⁾ A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e provisões diversas está especificada na nota explicativa nº 14.c.

a) Provisão para garantias financeiras prestadas

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas, está abaixo especificada:

	Saldos em 31.12.2022	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.06.2023
Risco FNO Rural (nota nº 20)	615.694	66.491	(35.476)	-	646.709
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	926.379	119.471	(52.287)	-	993.563
SEC I (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	302	267	-	-	569
FDA (nota nº 19)	24.341	1.182	(655)	(195)	24.673
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	5	-	-	-	5
Total	1.566.721	187.411	(88.418)	(195)	1.665.519

	Saldos em 31.12.2021	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.06.2022
Risco FNO Rural (nota nº 20)	601.373	32.658	(47.156)	-	586.875
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	869.181	65.407	(48.037)	-	886.551
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	448	74	-	-	522
FDA (nota nº 19)	31.747	5.846	(5.611)	(120)	31.863
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	-	5
Total	1.502.754	103.985	(100.804)	(120)	1.505.816

b) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

Em função das atividades que desenvolve, o Banco possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

b.1) Levantamento de depósitos recursais

Em 30 de junho de 2023, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$ 17.843 (R\$ 17.304 em 31/12/2022) e estão registrados na rubrica “Outros passivos financeiros” (Nota Explicativa nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica “Outros instrumentos financeiros” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$ 22.046 (R\$ 19.700 em 31/12/2022), relativa aos depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.06.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	68.881	66.372
(-) Provisão p/devedores depósitos recursais	(22.046)	(19.700)
Demandas fiscais	348	348
Demandas cíveis	770	770
Total (nota nº 8)	47.953	47.790

b.2) Ações trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros. Destaca-se o reforço de provisão em 2022, destinada a suportar eventuais acordos, em razão de processo de mediação em curso.

b.3) Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

b.4) Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$ 7.689 (R\$ 6.759 em 31/12/2022).

b.5) Outras contingências - Capaf

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

c) Movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas

A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Desv. Bens	Total
Saldo no início do período	155.238	51.876	1.466	8.942	511.699	349	729.570
Adições	55.046	43.969	-	27	-	-	99.042
Atualização monetária	-	-	-	-	25.921	-	25.921
Baixa por pagamento	(20.699)	(17.034)	-	(42)	(69.115)	-	(106.890)
Reversão da provisão	(26.709)	(30.511)	-	(29)	-	-	(57.249)
Saldo final do período (nota nº 14)	162.876	48.300	1.466	8.898	468.505	349	690.394

d) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Desv. bens
Até 5 anos	110.045	20.087	760	2.961	342.251	349
De 5 anos a 10 anos	36.230	16.158	469	2.052	126.254	-
Acima de 10 anos	16.601	12.055	237	3.885	-	-
Total	162.876	48.300	1.466	8.898	468.505	349

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

e) Demandas judiciais – perda possível

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas judiciais - Possíveis	30.06.2023	31.12.2022
Causas fiscais	53.531	53.531
Causas trabalhistas	31.843	40.811
Causas cíveis	285.010	278.736
Causas Capaf	96	96
Total	370.480	373.174

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
Causas Cíveis - Possíveis		
Anulação de contrato	3.782	3.782
Cotas Finam	4.717	4.717
Criminal	702	702
Danos morais e materiais	112.393	103.508
Debêntures do Finam	5.615	6.586
Exclusão de restritivos	6.852	10.611
Fundos Banco Santos	369	315
Honorários advocatícios	6.296	4.454
Inexistência de débitos	34.249	34.249
Planos Econômicos	27	-
Revisional	109.986	109.790
Tributário	22	22
Total	285.010	278.736

15. Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30.06.2023	31.12.2022
Patrimônio líquido do Banco da Amazônia	5.462.613	4.841.380
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	97,45	86,36
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	70,94	49,25

(¹) Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

(²) Cotação de fechamento do mês, conforme B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 30 de junho de 2023, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31/12/2022) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (56.058.315 ações ordinárias nominativas em 31/12/2022).

Quantidade de ações	30.06.2023	31.12.2022
Domiciliados no país	56.047.515	56.052.044
Domiciliados no exterior	10.800	6.271
Total	56.058.315	56.058.315

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2023		31.12.2022	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.976	97,0	54.379.991	97,0
Administração direta – Ministério da Economia	41.098.862	73,3	41.098.877	73,3
Administração indireta	13.281.114	23,7	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de investimento multimercado	10.427.301	18,6	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo investimento em ações	2.853.813	5,1	2.853.813	5,1
Em circulação	1.678.339	3,0	1.678.324	3,0
Total	56.058.315	100,0	56.058.315	100,0

c) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$ 17.272 (R\$ 17.600 em 31/12/2022) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no semestre, importaram em R\$ 328, decorrentes de depreciação (R\$ 880 em 31/12/2022). Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	30.06.2023	31.12.2022
Reservas de capital	2.253	2.253
Reservas de lucros	2.265.732	1.699.479
Legal	278.034	249.738
Estatutária	1.853.209	1.449.741
Especial para dividendos não distribuídos	134.489	-

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	30.06.2023	30.06.2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	565.925	439.161
Quantidade de ações (em unidades)	56.058.315	29.645.967
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	10,09529	14,81352

f) Outros resultados abrangentes

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2023	31.12.2022
Outros resultados abrangentes	(460.290)	(515.270)
Reserva de reavaliação	17.272	17.600
Ajuste de avaliação patrimonial	(477.562)	(532.870)
Títulos disponíveis para venda	(90.045)	(134.289)
Ajustes de avaliação atuarial	(387.517)	(398.581)

g) Destinação do lucro líquido

	30.06.2023	30.06.2022
Lucro líquido	565.925	439.161
Reserva legal (5% s/lucro líquido)	(28.296)	(21.958)
Saldo após a reserva legal	537.629	417.203
Realização da reserva de reavaliação	328	360
Base de cálculo para distribuição	537.957	417.563
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	(134.489)	(104.391)
Reserva estatutária	(403.468)	(313.172)

16. Tributos

a) Provisões constituídas

Nesse período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.06.2023		30.06.2022	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	674.620	674.620	725.350	725.350
Exclusões líquidas caráter permanente	(398.299)	(398.299)	(201.900)	(201.900)
Adições líquidas caráter temporário	322.014	322.014	250.745	250.745
Lucro tributável antes compensações	598.335	598.335	774.195	774.195
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	89.750	119.667	116.129	154.839
Adicional de imposto de renda (10%)	59.822	-	77.407	-
Incentivos	(3.916)	-	(4.644)	-
Valores devidos	145.656	119.667	188.892	154.839
Realização reserva reavaliação e diferido s/MTM	(119)	(94)	(169)	(132)
Valores registrados em resultado antes ativação	145.537	119.573	188.723	154.707
Crédito tributário s/diferenças temporárias	(86.897)	(69.518)	(29.679)	(27.562)
Valores efetivamente registrados no resultado	58.640	50.055	159.044	127.145
% despesa efetiva em relação ao lucro antes IRPJ/CSLL	8,7	7,4	21,9	17,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pela Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2023:

	31.12.2022	Constituição	Realizado	30.06.2023
Imposto de renda				
Provisão trabalhista	164.180	55.073	47.479	171.774
Provisão para risco de crédito - Banco	545.761	240.504	38.240	748.025
Provisão para risco de crédito - FNO	680.208	276.193	60.624	895.777
Auxílio pós-emprego	281.839	2.004	39.192	244.651
Auxílio pós-emprego-Resolução CVM nº 110/2022	90.471	33.575	53.691	70.355
Planos saldados	511.698	25.922	69.115	468.505
Desvalorização marcação a mercado - venda	255.861	8.687	76.047	188.501
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	42.818	47.323	42.077
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	820	4.526	-	5.346
Outras provisões	64.772	4.751	2.230	67.293
Base de cálculo	2.642.192	694.053	433.941	2.902.304
Imposto de renda diferido (25%)	660.548	173.513	108.485	725.576
Contribuição social				
Provisão trabalhista	164.180	55.073	47.479	171.774
Provisão para risco de crédito - Banco	545.761	240.504	38.240	748.025
Provisão para risco de crédito - FNO	680.208	276.193	60.624	895.777
Auxílio pós-emprego	281.839	2.004	39.192	244.651
Auxílio pós-emprego-Resolução CVM nº 110/2022	90.471	33.575	53.691	70.355
Planos saldados	511.698	25.922	69.115	468.505
Desvalorização de marcação a mercado - venda	255.861	8.687	76.047	188.501
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	42.818	47.323	42.077
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	820	4.526	-	5.346
Outras provisões	57.740	4.751	2.230	60.261
Base de cálculo	2.635.160	694.053	433.941	2.895.272
Contribuição social diferida (20%)	527.032	138.810	86.788	579.054
Total do crédito tributário	1.187.580	312.323	195.273	1.304.630

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. Bacen nº 2/2020, independentemente da expectativa de realização.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2023, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos tributários	2023	2024	2025	2026	2027	De 2028 a 2032	Total
Crédito tributário de I.R	105.264	66.666	82.856	57.656	42.509	370.625	725.576
Crédito tributário de C. Social	84.211	53.333	66.285	46.125	34.007	295.093	579.054
Total – valores nominais	189.475	119.999	149.141	103.781	76.516	665.718	1.304.630
Índice acumulado a.a (%)	1,13	1,26	1,38	1,49	1,61	-	-
Valor presente destes ativos	167.233	95.389	108.309	69.605	47.525	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do semestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no total de R\$ 601.240 (R\$ 612.816 em 31/12/2022).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.06.2023	31.12.2022
Provisão FNO	330.694	420.926
Provisão auxílio pós emprego	801.930	720.723
Provisão ativos atuariais - CAPAF	159.079	176.987
Outras provisões	45.325	43.843
Total das provisões	1.337.028	1.362.479
Créditos tributários (CSLL) (*)	267.406	272.496
Créditos tributários (IRPJ) (**)	333.834	340.320
Total créditos tributários não ativados (IRPJ e CSLL)	601.240	612.816

(*) CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

(**) IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.693 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e contribuições a compensar

Em 30 de junho de 2023, os "Impostos e contribuições a compensar" alcançaram o montante de R\$ 29.882 (R\$ 95.092 em 31/12/2022) e estão registrados na conta "Ativos fiscais correntes e diferidos".

g) Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.06.2023	31.12.2022
Fiscais e previdenciárias	207.000	501.208
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	170.610	432.656
Impostos e contribuições a recolher	36.390	68.552
Provisões para Impostos e contribuições diferidos (*)	22.057	16.688
Total	229.057	517.896
Circulante	38.325	517.896
Não circulante	190.732	-

(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

17. Desdobramento das contas de resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receitas de prestação de serviços

	1º sem/2023	1º sem/2022
Administração de fundos e programas	251.531	369.245
FNO (nota nº 20) ⁽¹⁾	243.173	361.443
Art 19 da Lei nº 8.167/91	312	303
Finam (nota nº 18)	7.777	7.155
Outras – FDA ⁽²⁾	269	344
Outros serviços	15.709	15.790
Demais rendas	15.709	15.790
Sub-total	267.240	385.035
Rendas de tarifas bancárias	124.236	120.400
Pessoa física	83.786	82.037
Pessoa jurídica	40.450	38.363
Total	391.476	505.435

⁽¹⁾ Neste semestre houve estorno de R\$ 34.890 referente a revisão de valores da taxa de administração do FNO (notas nºs 17.e e 20).

⁽²⁾ Estão registrados, substancialmente, os valores de *Del Credere*.

b) Despesas com pessoal

	1º sem/2023	1º sem/2022
Honorários	(2.358)	(1.559)
Benefícios	(45.192)	(38.809)
Encargos sociais	(84.112)	(89.449)
Proventos	(195.267)	(204.770)
Treinamento	(2.412)	(645)
Remuneração de estagiários	(1.378)	(1.746)
Total	(330.719)	(336.978)

c) Outras despesas administrativas

	1º sem/2023	1º sem/2022
Água, energia e gás	(6.080)	(6.807)
Aluguéis	(9.510)	(8.466)
Processamento de dados	(38.807)	(20.008)
Comunicações	(7.612)	(8.083)
Manutenção e conservação de bens	(7.375)	(6.879)
Material	(173)	(254)
Serviços de terceiros	(15.073)	(17.505)
Vigilância e segurança	(19.916)	(14.811)
Serviços do sistema financeiro	(10.500)	(9.960)
Promoções e relações públicas	(4.784)	(3.270)
Propaganda e publicidade	(3.738)	(2.613)
Publicações oficiais	(1.475)	(1.319)
Serviços técnicos especializados	(12.358)	(8.584)
Transporte	(7.741)	(8.106)
Viagens	(2.425)	(1.440)
Depreciação (nota nº 9)	(9.257)	(11.961)
Amortização (nota nº 9)	(13.154)	(14.455)
Demais despesas administrativas	(5.008)	(3.060)
Total	(174.986)	(147.581)

d) Despesas tributárias

	1º sem/2023	1º sem/2022
ISS	(6.389)	(5.682)
Cofins	(64.178)	(58.802)
PIS/Pasep	(10.429)	(9.556)
Demais tributos	(10.032)	(5.420)
Total	(91.028)	(79.460)

e) Demais receitas e despesas operacionais e despesas de provisões

Demais receitas operacionais	1º sem/2023	1º sem/2022
Reversão de provisões	75.402	45.779
Reversão de provisões contingenciais (*)	75.156	45.659
Reversão de outras provisões operacionais	246	120
Rendas de <i>del credere</i> – FDA	2.017	2.080
Receita variação taxas - FMM	7.072	18.792
Receita variação taxa câmbio	3.781	10.055
Multas – operações crédito geral	1.694	1.158
Rendas s/depósito compulsório	5.886	6.092
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	3.205	4.834
Atualização de devoluções judiciais trabalhistas	446	-
Demais	1.123	1.004
Total	100.626	89.794

(*) Neste semestre, o valor representado tem como suas principais contas, as contingências judiciais trabalhistas, cíveis e sucumbências e passivo atuarial pós-emprego.

	1º sem/2023	1º sem/2022
Demais despesas operacionais		
Despesas de variação de taxa FMM	(4.004)	(14.863)
Despesa de variação taxa câmbio	(714)	(2.775)
Grade de eventos perdas operacionais	(969)	(1.971)
Despesas s/saldos credores do INSS	(455)	(825)
Dividendos a pagar juros s/capital	(12.861)	(7.094)
Despesas desconto concedido renegociação	(3.398)	(254)
Despesas com TVM	-	(29)
Pagamento de causas ⁽¹⁾	(12.617)	(12.140)
Multa de órgãos oficiais	(324)	-
Pagto benefícios/pensões - INSS	(765)	(761)
Sucumbências/honorários periciais - determinação judicial	(23)	(53)
TVM - cotas de fundos	-	(7)
Estorno de encargos carteira de fomento	(23)	(81)
Depósitos recursais zerados - CEF	(2.346)	(2.583)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(272)	(95)
Atualização AFAC (dotação aumento capital) ⁽²⁾	-	(47.616)
Devolução taxa administração FNO ⁽³⁾	(244.826)	-
Atualização complemento remuneração do disponível FNO	(54)	-
Demais despesas operacionais	(1.875)	(2.046)
Total	(285.526)	(93.193)

⁽¹⁾ Referem-se a diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte: de atualização monetária, da utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista.

⁽²⁾ Trata-se de atualização monetária do saldo residual do AFAC, calculada pela taxa Selic, até 18 de novembro de 2022, quando foi efetivado como aumento de capital, conforme aprovação pelo Bacen.

⁽³⁾ Referente a revisão de valores da taxa de administração do FNO (notas nºs 17.a e 20).

	1º sem/2023	1º sem/2022
Despesas de provisões		
Garantia financeira prestada	(187.411)	(103.985)
Passivo atuarial	(83.206)	(123.961)
Atualização benefícios pós-emprego PBD e PMB	(63.855)	(104.404)
Pós-emprego assistidos/auxílio-saúde	(19.351)	(19.557)
Demandas judiciais	(99.042)	(143.108)
Passivos trabalhistas	(55.046)	(111.931)
Passivos cíveis/sucumbências	(42.818)	(27.072)
Passivos cíveis - fundos investimento	(1.151)	(1.948)
Outras contingências - fiscais	-	(744)
Provisão ativos atuariais - CAPAF	(27)	(1.413)
Planos saldados (nota nº 25.b)	(25.921)	(43.340)
Total	(395.580)	(414.394)

f) Resultado não operacional

	1º sem/2023	1º sem/2022
Receitas não operacionais	7.242	256
Lucros em transações com valores e bens	-	1
Outras receitas não operacionais	7.242	255
Ganhos de capital	7.034	15
Rendas de aluguel	2	2
Outras rendas não operacionais	206	238
Despesas não operacionais	(6)	(7)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(5)
Outras despesas não operacionais	(6)	(2)
Diversas	(6)	(2)
Total	7.236	249

A elevação do resultado não operacional ocorreu pelos ganhos de capital da venda das ações da B³ (antiga Cetip) e do registro das cotas dos Fundos Finam e Finor.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	1º sem/2023	2º Sem/2022
Receita de prestação de serviço (nota nº 17.a) (1)	7.777	7.564

(1) A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo.

	30.06.2023	31.12.2022
Entrada de recursos (*)	-	9.128

(*) Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na Nota Explicativa nº 14, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) nº 2.896/2022 e à Lei nº 14.165/2021, que disciplinam sobre os mecanismos para desinvestimentos, liquidação e extinção das carteiras de títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos regionais, o Banco, como operador do FINAM, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo Departamento de Instrumentos Financeiros e Inovação, do referido Ministério.

A oferta de recompra de cotas do FINAM será operacionalizada por meio de leilões de compra organizados na B3 S/A-Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e a recompra de cotas estará disponível, provavelmente, até dezembro de 2028, data de encerramento do prazo de amortização das renegociações dispostas no art. 3º, da citada Portaria, e da possível liquidação do fundo.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.06.2023	31.12.2022
<i>Del credere</i> (1)	26.575	25.487
Risco da provisão (2) (nota nº 14)	24.673	24.341
Repasses do tesouro (3) (nota nº 13.b)	67.870	71.936

(1) Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

(2) Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

(3) Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	1º sem/2023	1º sem/2022
Despesa de provisão risco de operações - FDA	(1.182)	(5.846)
Reversão de provisão risco de operações - FDA	195	-

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º sem/2023	1º sem/2022
Taxa de administração (nota nº 17.a)	243.173	361.443
FNO	197.680	315.801
FNO – PRONAF	45.493	45.642
<i>Del credere</i>	758.882	601.392
Recuperação de operações ⁽¹⁾	146.752	53.776
Remuneração do disponível (nota nº 23)	(131.306)	(155.952)
Despesa de provisão (risco compartilhado)	(185.962)	(98.065)

⁽¹⁾ Deste montante, no 1º semestre de 2023, R\$ 71.079 (R\$ 42.938 no 1º sem/2022), referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI Nº 11/2005

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

Em janeiro de 2023, essa taxa de administração foi alterada da seguinte forma: (i) redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m. e, (ii) limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiro das operações contratadas.

A Lei nº 14.227/2021, estabeleceu nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2022, para o *del credere*, considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferir remuneração, por estar isento de risco. Em 2021, com a vigência da MP nº 1.052, a partir de 19 de maio daquele ano, a comissão estava limitada a 5,5% conforme anexo II, porém a Lei nº 14.227 revogou a MP e retornou o limite para 6%, de acordo com seu art. 7º.

Após consulta ao Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional acerca da ratificação da metodologia de apuração da taxa de administração, considerando-se as alterações inseridas pela Lei nº 13.682/2018 e a incidência dos valores repassados ao Banco a título de risco integral Banco na forma do artigo 9-Aº da lei 7.827/89, o Banco recebeu orientações daquele órgão para a partir de março de 2023, aplicar na metodologia utilizada para cálculo da taxa de administração o saldo médio diário dos valores repassados ao banco administrador.

O MIDR ratificou o entendimento junto a CGU sobre a metodologia de apuração da taxa de administração e concluiu pela necessidade de revisão dos valores pagos a maior e o reembolso ao fundo pelo Banco da Amazônia, totalizando R\$ 279.716 a título de taxa de administração e R\$ 657 de complemento de remuneração do disponível do FNO.

O Patrimônio Líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
Patrimônio Líquido do FNO ⁽¹⁾	45.023.758	42.126.928
Disponível do FNO ⁽²⁾	3.373.479	805.896
Provisão Risco FNO ⁽³⁾ (nota nº 14)	1.640.272	1.542.073
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras ⁽⁴⁾ (nota nº 8)	323.769	321.007
Provisão para perdas em repasses (nota nº 8)	(31)	(3.555)

⁽¹⁾ Está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.

⁽²⁾ É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo “Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento”.

⁽³⁾ É registrada na conta “Provisão para garantias financeiras prestadas” e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999.

⁽⁴⁾ Estão registrados em “Devedores por repasse de outros recursos” e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

Neste semestre de 2023, o Banco procedeu a baixa de R\$ 87.762 (R\$ 95.194 no 1º sem/2022) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste semestre, foi devolvido ao fundo, o montante de R\$ 92.017 (R\$ 99.896 no 1º sem/2022).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	30.06.2023	31.12.2022
Recursos a alocar	2.888.067	207.572
Recursos alocados	16.187.883	15.288.664
Taxa de administração (*)	32.499	59.416
Outros	19.365	32.231
Total (nota nº 13.b)	19.127.814	15.587.883

(*) A redução da taxa de administração decorre da nova metodologia adotada a partir do mês de março/2023.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2023		31.12.2022	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	5.280.784	-	5.319.626	-
A	0,5	9.371.020	(23.428)	10.152.225	(25.381)
B	1	3.345.285	(16.726)	3.562.877	(17.814)
C	3	2.181.296	(32.720)	2.109.151	(31.637)
D	10	1.612.329	(80.617)	1.815.056	(90.753)
E	30	421.452	(63.218)	434.776	(65.216)
F	50	306.901	(76.725)	186.273	(46.568)
G	70	101.861	(35.651)	139.336	(48.768)
H	100	2.622.503	(1.311.187)	2.431.991	(1.215.936)
Total		25.243.431	(1.640.272)	26.151.311	(1.542.073)

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.06.2023	31.12.2022
Recursos Repassados (1) (nota nº 13.b)	66.323	78.296

(1) Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

22. Fundos de investimentos financeiros

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.06.2023	31.12.2022
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	367	55
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	1.136	29
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	19	22
Total	1.523	107

Nesse período, ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's no valor de R\$ 2.018 (não ocorreu em 31/12/2022).

23. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	1º sem/2023	1º sem/2022
Honorários (nota nº 17.b)	(2.358)	(1.559)
Diretoria Executiva	(1.579)	(1.028)
Conselho de Administração	(109)	(159)
Conselho Fiscal	(90)	(69)
Comitê de Auditoria	(357)	(303)
Outros - Ajuda de Custo	(223)	-
Remuneração Variável Anual	(1.204)	(1.026)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(62)	(49)
Total	(3.624)	(2.634)

(1) Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais Entidades como Partes Relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota Explicativa nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas Notas Explicativas nºs: 12 (Obrigações por repasses), 13 (Outros passivos), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração (Capaf) estão descritas na Nota Explicativa nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20 e 21.

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
Passivos		
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	557.308	600.079
Tesouro Nacional	25.009	25.494
BNDES	505.242	540.216
Finame	27.036	34.284
Finep	21	85
Outros Passivos	19.262.007	15.738.115
FNO (notas nºs 13.b e 20)	19.127.814	15.587.883
FMM (notas nºs 13.b e 21)	66.323	78.296
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	67.870	71.936
Total	19.819.315	16.338.194

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	1º sem/2023	1º sem/2022
Receitas Taxa Administração (nota nº 17.a)	251.531	369.245
Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	758.882	601.392
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(131.306)	(155.952)
Provisão FNO (Risco Compartilhado) (nota nº 20)	(185.962)	(98.065)
Despesas Contribuição Patronal – Capaf (nota nº 25.c)	(7.799)	(7.189)
Liquidados - BD e Misto	(1.283)	(1.435)
Prev-amazônia - Capaf	(6.516)	(5.754)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-Capaf	(109.127)	(167.301)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(63.855)	(104.404)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(25.921)	(43.340)
Despesas Pós-Emprego–Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.e)	(19.351)	(19.557)

24. Remuneração paga aos empregados e administradores

a) Remuneração mensal dos empregados (em reais) e outras informações

Remuneração (*)	30.06.2023	31.12.2022
Maior	33.238,80	33.238,80
Menor	3.172,16	3.172,16
Média	10.003,14	9.364,33
Valor médio dos benefícios	3.078,32	2.993,99

*inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras informações	30.06.2023	31.12.2022
Quantidade de empregados	2.859	2.867
Participação de Lucro no Resultado - PLR (em mil)	-	74.695

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e outras informações

Remuneração Diretoria Executiva	30.06.2023	31.12.2022
Maior	40.389,56	37.054,64
Menor	35.533,91	32.599,92
Média	33.485,49	33.312,00

Outras informações	30.06.2023	31.12.2022
Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)	-	905

Remuneração média dos Conselhos	30.06.2023	31.12.2022
Conselho de Administração	3.682,75	3.574,42
Conselho Fiscal	3.774,62	3.612,05

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia são administrados pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e os Planos BD e Misto Liquidados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 220 de 7 de março de 2023, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30 de março de 2023, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 850 de 20 de setembro de 2022.

A Capaf efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro de 2020, paga pela BB Previdência. Permanecem na Capaf os Planos BD e Misto Liquidados.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a Previc a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos, que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Resolução CVM nº 110/2022, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Premissas Financeiras (a.a %)	30.06.2023				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	8,8	8,8	8,8	9,0	9,2
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,1	5,1	5,1	5,3	5,5
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	8,8	8,8	8,8	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2

Premissas Financeiras (a.a %)	31.12.2022				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,6	9,6	9,6	9,7	9,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,9	5,9	5,9	6,0	5,9
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	9,6	9,6	9,6	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2

	30.06.2023				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de rotatividade	-	-	-	N/A	0,6
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss				
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A				

	31.12.2022				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de rotatividade	-	-	-	N/A	0,6
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss				
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A				

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD		Plano Misto	
	1º sem/2023	1º sem/2022	1º sem/2023	1º sem/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(2)	(2)
Custo de juros líquidos	(32.690)	(31.456)	(1.559)	(1.478)
Provisão planos de benefícios e outros ben. pós-emprego	(32.690)	(31.456)	(1.560)	(1.480)
Remensurações do plano de benefício definido				
Ganhos e perdas sobre contribuições dos participantes	(491)	(535)	-	-
Ganhos e perdas sobre o ativo	31.709	29.475	1.138	2.005
Ganhos e perdas sobre o passivo	259	77.338	(4.829)	1.241
Total componentes registrados outros resultados abrangentes	31.477	106.278	(3.691)	3.246
Total dos componentes de benefício definido	(1.213)	74.822	(5.251)	1.766

	Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	1º sem/2023	1º sem/2022	1º sem/2023	1º sem/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(2.427)	(2.179)
Custo de juros líquidos	(2.939)	(3.102)	(15.476)	(13.950)
Provisão planos benefícios e outros ben. pós-emprego	(2.939)	(3.102)	(17.902)	(16.129)
Remensurações do plano de benefício				
Ganhos e perdas sobre o passivo	1.249	12.433	(8.919)	32.505
Total componentes registrados outros resultados abrangentes	1.249	12.433	(8.919)	32.505
Total dos componentes de benefício definido	(1.690)	9.331	(26.821)	16.376

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD		Plano Misto	
	1º sem/2023	1º sem/2022	1º sem/2023	1º sem/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(680.621)	(714.584)	(32.449)	(33.575)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	980	1.069	15	16
Provisão para planos de benefício definido	(32.690)	(31.456)	(1.560)	(1.480)
Provisão adicional reserva matemática	(51.310)	(74.697)	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	31.477	106.278	(3.691)	3.246
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(732.164)	(713.390)	(37.685)	(31.793)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º sem/2023	1º sem/2022	1º sem/2023	1º sem/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(60.291)	(71.053)	(319.671)	(310.439)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	4.062	3.277	6.015	4.427
Provisão para planos de benefício definido	(2.939)	(3.102)	(17.903)	(16.129)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.249	12.433	(8.919)	32.505
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(57.919)	(58.445)	(340.478)	(289.636)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD		Plano Misto	
	1º sem/2023	1º sem/2022	1º sem/2023	1º sem/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(797.965)	(840.722)	(75.045)	(78.687)
Benefícios pagos pelo plano	34.746	32.250	4.914	3.505
Custo de juros	(38.326)	(37.009)	(3.604)	(3.464)
Custo de serviço corrente	-	-	(3)	(3)
Remensurações de perdas atuariais	(5.316)	90.956	(9.658)	2.483
Decorrentes de ajuste na experiência	37.518	66.683	(5.332)	50
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	(42.834)	24.272	(4.326)	2.433
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(806.861)	(754.525)	(83.396)	(76.166)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º sem/2023	1º sem/2022	1º sem/2023	1º sem/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(60.291)	(71.053)	(319.671)	(310.439)
Benefícios pagos pelo plano	4.062	3.277	6.015	4.427
Custo de juros	(2.939)	(3.102)	(15.476)	(13.950)
Custo de serviço corrente	-	-	(2.427)	(2.179)
Remensurações de perdas atuariais	1.249	12.433	(8.919)	32.505
Decorrentes de ajuste na experiência	3.098	10.989	18.883	10.851
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	(1.849)	1.443	(27.802)	21.654
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(57.919)	(58.445)	(340.478)	(289.636)

a.5) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial- Elegíveis	(568.060)	(542.459)	(564.547)	(545.457)	(554.847)
Superávit/(déficit) do plano	(568.060)	(542.459)	(564.547)	(545.457)	(554.847)
Variação na obrigação atuarial	2,38%	(2,23%)	1,75%	(1,69%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,38%	(2,23%)	1,75%	(1,69%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(258.016)	(246.388)	(256.420)	(247.750)	(252.014)
Superávit/(déficit) do plano	(258.016)	(246.388)	(256.420)	(247.750)	(252.014)
Variação na obrigação atuarial	2,38%	(2,23%)	1,75%	(1,69%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,38%	(2,23%)	1,75%	(1,69%)	
	Plano Misto				
	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(85.318)	(81.595)	(84.816)	(82.020)	(83.396)
Valor justo dos ativos do plano	8.026	8.026	8.026	8.026	8.026
Superávit/(déficit) do plano	(77.292)	(73.569)	(76.790)	(73.994)	(75.370)
Variação na obrigação atuarial	2,30%	(2,16%)	1,70%	(1,65%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,55%	(2,39%)	1,88%	(1,83%)	
	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(60.074)	(55.924)	(58.554)	(57.298)	(57.919)
Superávit/(déficit) do plano	(60.074)	(55.924)	(58.554)	(57.298)	(57.919)
Variação na obrigação atuarial	3,72%	(3,44%)	1,10%	(1,07%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,72%	(3,44%)	1,10%	(1,07%)	
	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(346.481)	(334.838)	(353.469)	(328.792)	(340.478)
Superávit/(déficit) do plano	(346.481)	(334.838)	(353.469)	(328.792)	(340.478)
Variação na obrigação atuarial	1,76%	(1,66%)	3,82%	(3,43%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,76%	(1,66%)	3,82%	(3,43%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio Saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.209)
Custo de juros líquidos	(65.380)	(3.117)	(5.878)	(30.951)
Total da despesa a reconhecer	(65.380)	(3.121)	(5.878)	(36.160)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.136	32	7.012	10.199
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.136	32	7.012	10.199

a.7) Categorias dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes incluídos no valor justo dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

	Plano BD		Plano Misto	
	1º sem/2023	1º sem/2022	1º sem/2023	1º sem/2022
Valor justo dos ativos no início do período	-	-	10.147	11.536
Receita de juros	-	-	487	508
Contribuições do patrocinador	980	1.069	15	16
Contribuições dos participantes	-	-	15	16
Benefícios pagos pelo plano	(34.746)	(32.250)	(4.914)	(3.505)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano	33.766	31.181	2.276	4.009
Valor justo dos ativos no final do período	-	-	8.026	12.580

a.9) Descrição da política de investimentos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2023
Plano BD	749.839	44.402	(31.477)	(30.600)	732.164
Plano Misto	32.449	1.545	3.691	-	37.685
Total BD e Misto	782.288	45.947	(27.786)	(30.600)	769.849

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2022
Plano BD	744.910	102.940	(106.278)	(28.182)	713.390
Plano Misto	33.575	729	(2.511)	-	31.793
Total BD e Misto	778.485	103.669	(108.789)	(28.182)	745.183

b) Planos saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado), e caso necessário poderá exigir ajuste por parte do Banco. No exercício de 2022, quando da revisão atuarial não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.

Os planos saldados apresentaram as seguintes movimentações:

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2023
Planos Saldados	511.699	25.921	-	(69.115)	468.505

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2022
Planos Saldados	585.859	43.340	-	(63.360)	565.839

c) Plano PrevAmazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

Planos	1º sem/2023	1º sem/2022
Liquidados - BD e Misto	(1.283)	(1.435)
Prev-amazônia	(6.516)	(5.754)
Total (nota nº 23.b)	(7.799)	(7.189)

Valores reconhecidos como obrigações:

	30.06.2023	31.12.2022
Saldados	468.505	511.699
Liquidados	769.849	782.288
Assistidos	57.919	60.291
Auxílio Saúde	340.478	319.671

Ações coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA), com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, padrão CNJ (0116400-94.2001.5.16.0001), que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios de julgamento seguidos de retiradas de pauta, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT da 16ª Região, em dezembro, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e BASA para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara, tendo sido publicado em 13/04/2023. Embargos de Declaração opostos pelas partes. Pendente de julgamento. Posteriormente será objeto de recurso ao TST, razão pela qual, por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT8, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Recurso interposto para o TST. TST acatou novo pedido de nulidade. Processo julgado, mantida a decisão. Aguarda recurso.

A distribuição da provisão do Plano BD está apresentada da seguinte forma:

Provisão plano BD liquidado	30.06.2023	31.12.2022
Participantes abrangidos pela ação rescisória	627.700	633.639
50% das reservas matemáticas dos participantes ainda na ativa	53.154	46.983
Adicional de provisão de reservas matemáticas	51.310	69.217
Total (notas nº 14 e nº 25)	732.164	749.839

A composição da provisão referente à ação rescisória é a seguinte:

Composição provisão ação rescisória	30.06.2023	31.12.2022
100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis (¹)	554.847	563.278
50% dos que ainda não elegíveis (²)	72.853	70.361
Total	627.700	633.639

(¹) Aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001.

(²) Aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei Complementar nº 109/2001.

A provisão dos planos liquidados BD/Misto está constituída da seguinte forma:

Provisão planos liquidados BD e Misto	30.06.2023	31.12.2022
BD liquidado	732.164	749.839
Misto liquidado	37.685	32.449
Total (notas nº 14 e nº 25.a.3)	769.849	782.288

	30.06.2023	31.12.2022
Desembolso em cumprimento à ação transitada em julgado	30.600	66.047

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de junho de 2023, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela Capaf (BD e Misto).

26. Gerenciamento de riscos e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, Chief Risk Officer – CRO, dispondo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico da Instituição, e ao apetite a risco definido. Que tem como escopo as diretrizes para gestão dos principais riscos para a que a Instituição está exposta:

Risco de crédito; Risco de mercado; IRRBB; Risco operacional; Risco de liquidez; Risco cibernético; Risco de integridade; Risco legal; RSAC.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);
- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da gestão de riscos e de capital;
- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade;
- A governança no gerenciamento de riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:

A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.

Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de riscos (GERIS), fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; gerenciamento de capital.

A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM, em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 14.835.018 mil, representando 83,56% do portfólio total de R\$ 17.754.681 mil (R\$ 9.816.953 mil, representando 77,86% do portfólio total de R\$ 12.608.030 mil em 31/12/2022). A maioria dos recursos, 72,69% (62,25% em 31/12/2022), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento do risco de liquidez, do monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, do controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e de simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, entre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, o Banco vem aprimorando constantemente seus controles, inclusive aperfeiçoando a solução de gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Além do exposto, estamos em processo de implementação do Modelo de Descumprimento de Risco de Crédito (*Low Default Portfolio* – LDP), direcionado para clientes que possuam nota de crédito atribuída por agências de classificação de risco externa, além de delimitador definido metodologicamente. Essa nova ferramenta permitirá aperfeiçoar a avaliação de risco de clientes desta natureza, que apresentam historicamente baixa incidência de inadimplência.

Desse modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e as melhores práticas do mercado bancário, a instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basiléia II, Resolução CMN nº 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução CMN nº 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao risco de mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de risco de mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo *de value at risk* (VaR), calculado para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2023, o VaR calculado para a carteira Banco¹ e para a carteira Tesouraria² foi de R\$ 6.430 mil e R\$ 3.880 mil respectivamente (R\$ 8.636 mil e R\$ 4.419 mil em 31/12/2022), estando dentro dos limites de referência de 13,69% e 11,44% respectivamente (19,55% e 13,85% em 31/12/2022). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em *status* Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 4,8192 em 30 de junho de 2023 (R\$ 5,2177 em 31/12/2022) e a taxa DI de 1 ano no nível de 13,65% a.a. (13,65% a.a. em 31/12/2022).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,0240 em 30 de junho de 2023 (R\$ 6,5221 em 31/12/2022), e a taxa DI de 1 ano no nível de 17,06% a.a. (17,06% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 7,2288 em 30 de junho 2023 (R\$ 7,8266 em 31/12/2022) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 20,48% a.a. (20,48% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da Carteira Tesouraria, conforme Resolução Bacen nº 02/2020:

		30.06.2023			31.12.2022		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas	426	(17.381)	(30.816)	1.196	(38.616)	(66.168)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	7.911	(239.967)	(309.923)	11.443	(219.822)	(285.283)
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	750	22.638	43.119	(11)	(1.171)	(723)
Total		9.087	(234.710)	(297.620)	12.628	(259.609)	(352.174)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os cenários I, II e III, demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$ 297.620 mil correspondentes ao cenário III.

¹Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

²Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, no quadro acima, com o montante de R\$ 15.634.340 mil, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cuja soma dos valores absolutos totalizaram R\$ 541.417 mil, representando em percentuais, algo em torno de 3,46% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

- **Operações de Crédito:** a carteira de crédito global do Banco da Amazônia, própria e administrada, é majoritariamente remunerada por métricas que não estão expostas diretamente às variações da taxa DI, e, por este motivo, para fins de análise de sensibilidade, foi utilizado um cenário de grande impacto e baixa probabilidade de ocorrência, sobre a ótica da inadimplência, onde todas as operações de crédito as quais o Banco está exposto teriam sua classificação (*ratings*) de risco rebaixada em um nível (*downgrade*). Os critérios de classificação dos níveis de risco das operações seguem o disposto na Resolução Bacen nº 2.682/1999.

O quadro com as simulações de impacto pode ser observado abaixo:

Carteira Banco + FNO Risco Compartilhado							
Provisão Atual				Provisão com <i>downgrade</i> de 1 nível no <i>rating</i> das operações da carteira			
Nível de Risco	Valores das Operações	Exposição	Provisão	Nível de Risco	Valores das Operações	Exposição	Provisão
AA	9.549.952	6.884.563	-	AA	-	-	-
A	19.027.098	14.341.585	(71.708)	A	9.549.952	6.884.563	(34.423)
B	6.275.862	4.603.219	(46.032)	B	19.027.098	14.341.585	(143.416)
C	5.062.340	3.971.692	(119.150)	C	6.275.862	4.603.219	(138.097)
D	2.096.145	1.289.980	(128.998)	D	5.062.340	3.971.692	(397.169)
E	698.526	487.800	(146.340)	E	2.096.145	1.289.980	(386.994)
F	446.765	293.315	(146.657)	F	698.526	487.800	(243.900)
G	149.056	98.126	(68.688)	G	446.765	293.315	(205.320)
H	2.959.666	1.648.351	(1.648.350)	H	3.108.722	1.746.477	(1.746.476)
Total	46.265.410	33.618.631	(2.375.923)	Total	46.265.410	33.618.631	(3.295.795)

O resultado da simulação, portanto, seria a elevação em 38,7% dos valores destinados à provisão.

- **Provisões para Demandas Judiciais:** foram realizadas estimativas com três cenários projetados, considerando os valores em 30/06/2023 e descritas a seguir:

Cenário Provável: utilizou-se a Taxa Selic (projetada de 12,00% para 2023, segundo Relatório Focus-Bacen de 30/06/2023) e o INPC-IBGE (estimado de 4,90% pelo IPEA conforme Carta de Conjuntura nº 59, em 05/07/2023).

Cenário Possível: elevou o estresse da taxa Selic e o INPEC-IBGE em 25%.

Cenário Remoto: projetou um estresse para a taxa Selic e o INPEC-IBGE em 50%.

O quadro a seguir demonstra os efeitos esperados, considerando estas estimativas e cenários:

Análise de Sensibilidade			Cenários					
Provisões para Demandas Judiciais	30.06.2023	Índice	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Trabalhistas (Indenizações)	162.876	Selic	12,00	182.421	15,00	187.307	18,00	192.194
Cíveis	48.300	INPC	4,90	50.666	6,13	51.258	7,35	51.850
Fiscais	1.466	Selic	12,00	1.641	15,00	1.685	18,00	1.729
Trabalhistas (Capaf)	8.898	INPC	4,90	9.334	6,13	9.443	7,35	9.552
Total	221.540			244.062		249.693		255.325

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou originação, como: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais); crédito (fomento e comercial); e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a

risco de mercado conservador, no qual as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil, através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (Δ NII) e de Valor Econômico (Δ EVE).

Desde a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco utiliza a abordagem de Valor Econômico e do Resultado de Intermediação Financeira na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro de 2020, em consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EVE e 80% sobre o Δ NII, com base em dados de junho de 2023, representou o montante de R\$ 144.402 mil.

e) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310), que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, perdas processos e sistemas da instituição, em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e a Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e as regras para a gestão de continuidade de negócios na instituição, com o objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados em caso de incidentes que possam gerar descontinuidade aos negócios.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto às mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e de soluções eficazes.

Após o enfrentamento da fase mais aguda da COVID-19, o Banco fixou novos mecanismos de segurança e comunicação, risco operacional e controle, o que possibilitou que os empregados pudessem trabalhar em formatos híbridos, home-office e presencial, o que aumentou a possibilidade de participações em treinamentos com custos menores e maior participação dos empregados, e assim melhorando o nível de conhecimento de seu staff em diversos temas relevantes a riscos e controles.

f) Gestão de capital

O Banco possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento de capital atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão.

A Instituição dispõe de plano de capital com prospecção de capital para três anos, abrangendo teste de estresse e plano de contingência de capital para subsidiar a gestão e a manutenção do capital nos níveis desejáveis e de acordo com o apetite definido na RAS.

g) Índice de Basileia (limite operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução. O Banco encerrou o primeiro semestre de 2023 com PR de R\$ 5.357 milhões, 17% superior ao exercício anterior (R\$ 4.584 milhões em 31/12/2022).

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 7,01% em relação ao exercício anterior, saindo de R\$ 37.294 milhões em 31/12/2022 para R\$ 39.909 milhões em 30/06/2023.

Em 30 de junho de 2023, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 13,4%, acima do requerimento regulatório, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

Requerimentos mínimos de capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência (PR)	5.357.428	4.584.692
PR Nível I	5.357.428	4.584.692
Capital Principal	5.357.428	4.584.692
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	39.908.631	37.293.603
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	34.520.131	32.475.118
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	2.522	38.335
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	5.385.978	4.780.150
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.795.888	1.678.212
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	2.394.518	2.237.616
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	3.192.690	2.983.488
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	3.561.540	2.906.480
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	2.962.910	2.347.076
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,4%	12,3%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,4%	12,3%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,4%	12,3%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

27. Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2023	31.12.2022
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	12.862.239	13.137.673
Coobrigação em cessão de créditos – alongam. crédito rural	9.017	9.212
Total	12.871.256	13.146.885

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 153.753 (R\$ 151.046 em 31/12/2022), com prêmio de R\$ 195 (R\$ 128 em 31/12/2022), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos abaixo os eventos que geraram, no 1º semestre de 2023, os resultados recorrentes e não recorrentes:

O resultado contábil do 1º semestre de 2023 foi de R\$ 565.925, com resultado recorrente de R\$ 842.769 e eventos não recorrentes que totalizaram de R\$ 276.844 (já considerando o impacto tributário), relacionado, substancialmente a revisão da metodologia de apuração do valor de taxa de administração de recursos do FNO que totalizou R\$ 279.716 (nota explicativa nº 20).

O resultado contábil do 1º semestre de 2022 foi de R\$ 439.161, com resultado recorrente de R\$ 651.332 e eventos não recorrentes que totalizaram de R\$ 212.171 (já considerando o impacto tributário), destacadamente, a provisão trabalhista de R\$ 92.907 (com impacto tributário), provisão Capaf BD de R\$ 64.338 (com impacto tributário) e atualização monetária do resíduo do AFAC em R\$ 47.616.

d) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021

Em atendimento à resolução CMN nº 4.966/2021, a partir de julho/2022 o Banco implementou estrutura de governança através da constituição de Projeto Corporativo, gerido por um Comitê composto pelas áreas de crédito, contábil, risco, produtos, controladoria e TI.

O atendimento integral dos requisitos legais da regulamentação alcançará a adequação aos padrões contábeis internacionais.

Foi elaborado Plano de Ação que contempla os seguintes pilares visando o atendimento à Resolução:

- **Classificação:** revisão dos instrumentos de crédito do Banco para avaliação de cláusulas contratuais relevantes visando mapeamento de ativo problemático. Identificação e correção de cláusulas contratuais que desvirtuem os fluxos de caixa futuros de pagamento de principal e juros sobre o valor principal em datas futuras (Custo Amortizado). Avaliação de instrumentos enquadrados em contratos híbridos que funcionem como passivos conforme novo modelo de negócios;
- **Mensuração:** aplicação de metodologia para SPPI Teste na base de dados para instrumentos financeiros e sua classificação em: CA, VJPL e VJR; dos passivos financeiros sem: CA e VJR e reenquadramento dos instrumentos financeiros no novo modelo de negócios conforme mapeamento;
- **Baixa:** documentação e aprovação das regras para baixa de operações e documentação das regras para não transferência/retenção de riscos e benefícios;
- **Off Balance:** definição das regras dos modelos contábeis, apuração, produtos e formatação de documento com descrição da nova forma, proposição de alteração dos normativos internos e impactos quando couber;
- **Provisão para Perdas Esperadas:** definições de conceitos, diretrizes e alçadas; definição, extração, envio, análise de dados e envio de layouts de extração para PD, LGD, Cura e demais necessários; desenvolvimento e implantação dos modelos no novo sistema de PCLD;
- **Hedge Accounting:** ocorrerá quando a Tesouraria observar a oportunidade de operação de trava de taxas, objetivando resultado positivo na carteira e modelagem contábil a ser definida;
- **Evidenciação:** seguirão as regras a serem publicadas;
- **Plano de TI:** o sistema passará pela formatação de escopo, levantamento de regras de negócios, requisitos, desenvolvimento, teste, homologação e implantação;
- **Implementação da Resolução BCB nº 229/2022 – RWAcpad:** avaliação comparativa dos impactos no Cadoc 2061; formalização de mudanças em sistemas; entrada em produção e validação das novas regras no Cadoc 2061.

A Resolução BCB nº 309, de 28/03/2023, trouxe regras complementares à Resolução CMN nº 4.966/2021 e o Banco vem avaliando a aplicação das normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção contando com o auxílio de BIP Consultoria, empresa vencedora do processo licitatório no início de março/2023.

f) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o BASA conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União ("CGU"), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O BASA compartilhou

com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

Marcelo dos Santos Souza
Contador
CRC – PA Reg. 012778/O-3



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco da Amazônia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

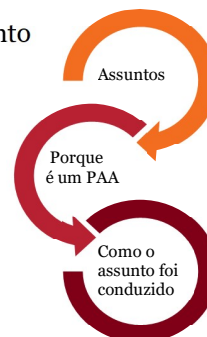
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(f), 7 e 14)

A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração, e são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), notadamente a Resolução CMN nº 2.682. A mensuração da provisão para perdas esperadas está relacionado com (i) risco de crédito das operações de crédito e outros créditos e (ii) ao risco de crédito compartilhado pelo Banco com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023 são de R\$735.653 mil e de R\$1.640.272 mil, respectivamente.

Adicionalmente, a estimativa realizada pela administração está fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas).

Dessa forma, determinamos esse assunto como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a realização do entendimento e testes de controle e substantivos sobre os processos relevantes de apuração e reconhecimento das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, entre outros, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, modelos e premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Recuperabilidade dos créditos tributários (Nota 16(b), (d) e (e))

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil.

Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a



Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA

Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver certo grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 16(d).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Benefícios a empregados (Notas 3(k), 14 e 25)

Em 30 de junho de 2023, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pelo Banco, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 1.636.751 mil.

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e auxílio saúde, administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (CAPAF) e pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Os benefícios a empregados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais, incluindo, entre outras, tábua de mortalidade e taxa de desconto.

Devido à incerteza associada às premissas destacadas acima envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de previdência complementar e de auxílio saúde, bem como na definição dos valores prováveis de desembolso, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria.



Banco da Amazônia S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do semestre findo em 30 de junho de 2022, obtidas das demonstrações financeiras daquele semestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria com data de 29 de agosto de 2022 e 23 de março de 2023, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Banco da Amazônia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



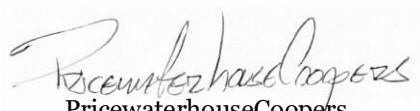
Banco da Amazônia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Brasília, 14 de agosto de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Signed By: PAULO RODRIGO PECHT:25185992824
CPF: 25185992824
Signing Time: 14 de agosto de 2023 | 20:22 BRT

9C81F2ABFC0F4E889FAE4E02EAC890E5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7



Resumo do relatório de atividades – Período findo em 30/06/2023

1. Introdução

- 1.1 As atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia são com aquelas definidas pela lei nº 13.303, de 30/06/2016, inclusive com o respectivo decreto regulamentar nº 8.945, de 27/12/2016, e pela Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021.
- 1.2 Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 15 da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, e no parágrafo 2º do artigo 5º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 01/01/2023 a 30/06/2023.
- 1.3 As atividades do Comitê foram conduzidas com base no plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração no início do período.
- 1.4 O COAUD avalia e monitora as exposições a risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.
- 1.5 A Auditoria Interna (AUDIT) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Banco está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.
- 1.6 A PWC Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco e dos seus fundos. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.
- 1.7 Entre outras funções, cabe ao COAUD avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição, monitorando a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos dos processos que as compõem; aferir com razoável segurança a efetividade dos trabalhos das auditorias interna e independente; avaliar e monitorar a exposição a riscos, bem como os mecanismos, a existência e a suficiência dos controles desses riscos.

2. Atividades desenvolvidas

- 2.1 O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares e possui em sua composição um membro independente representante do Conselho de Administração.
- 2.2 Mantém, no endereço eletrônico <https://www.bancoamazonia.com.br/atendimento/formulario-comite-de-auditoria>, canal para recebimento de informações acerca eventuais descumprimentos de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição. No período recebeu 03 mensagens por meio do Canal do COAUD, todas consideradas não pertinentes e que foram adequadamente endereçadas a outros entes corporativos.
- 2.3 Como forma de contribuir para a melhoria dos padrões de governança corporativa, promoveu reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade e controladoria, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia da informação, ouvidoria, corregedoria além de sua participação em reuniões do Conselho de Administração (CONSAD), do Conselho Fiscal e de assembleias de acionistas.
- 2.4 Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, gestão atuarial, exposições de risco, fraudes e irregularidades, compliance, contabilidade e finanças.
- 2.5 O COAUD apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas de sua atuação ao CONSAD. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo COAUD.
- 2.6 Na interação com as auditorias interna e externa, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados das revisões do sistema de controles internos e apreciou as respectivas conclusões e recomendações.
- 2.7 Avaliou e enfatizou a necessidade de implementação das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização e controle, que vêm sendo cumpridas ou programadas pela Administração.
- 2.8 Identificou oportunidades de melhorias e recomendou à Administração aprimoramentos de controles.

3. Conclusões finais

- 3.1 Dessa forma e com base nos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período, registramos as conclusões finais do Comitê:
 - 3.1.1 É relevante reportar que persiste o regime de intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF). Remanesce a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com impacto no resultado operacional do Banco, tópico incluído na seção “Assuntos Importantes de Auditoria”. Essa mesma seção apresentou comentários dos auditores independentes quanto aos procedimentos de auditoria e adequação da provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, bem como à provisão

- 3.1.2 para perdas esperadas associadas aos riscos de crédito da Instituição e riscos de crédito compartilhados com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
- 3.1.3 O Banco permanece enquadrado em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservador em relação aos riscos de liquidez e de mercado. Além disso, vem aprimorando a gestão integrada dos riscos operacionais e de crédito.
- 3.1.4 Ademais, o COAUD não recebeu informações que comprometessem a probidade em relação à gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.
- 3.1.5 Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento e, respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD reitera a constatação de que o sistema de controles internos mostrou-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco. Todavia ainda apresenta oportunidades de melhoria, em especial na fase de acompanhamento das operações de crédito concedidos e na gestão dos controles gerais de tecnologia da informação. A Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência técnica, objetividade e qualidade. A Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte do Conselho de Administração e deste Comitê.
- 3.1.6 Além disso, as demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2023, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e refletem em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.
- 3.1.7 Por essa razão, o COAUD recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 14 agosto de 2023.

Antonio Carlos V. Sequeira
Membro

Luciana Bacci Costa
Coordenador do Comitê

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2023/003

Ref.: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A –
PRIMEIRO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao primeiro semestre de 2023, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

As análises dos documentos supracitados foram complementadas por exame de outras documentações e por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre, pela Administração do Banco.

Com base nas análises efetuadas, e no Parecer da Auditoria Independente PWC Auditores Independentes, datado de 14.08.2023, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos societários relativos ao primeiro semestre de 2023 estão em condições de serem enviados para a apreciação dos Acionistas.

Belém (PA), 14 de agosto de 2023.

CRISTIANO BENEDUZI

Presidente

**GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA
LOBO**

Conselheiro

FABIO HENRIQUE BITTES TERRA

Conselheiro

LETÍCIA PEDERCINI ISSA

Conselheira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, de acordo com o disposto no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria Executiva, todos referentes ao 1º semestre de 2023.

Belém (PA), 14 de agosto de 2023.

MARIA ABADIA DA SILVA ALVES

Presidente

LUIZ CLAUDIO MOREIRA LESSA

Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS VILLELA SEQUEIRA

Conselheiro

RODRIGO OCTÁVIO ORAIR

Conselheiro

**ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA
RIBEIRO**

Conselheira

LAURO ARCÂNGELO ZANOL

Conselheiro

INÁLIO VIEIRA CRUZ

Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2023, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 14 de agosto de 2023.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2023, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 14 de agosto de 2023.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

Luciana Bacci Costa
Coordenadora

Antônio Carlos Villela Sequeira
Membro

CONSELHO FISCAL

Cristiano Beneduzi
Presidente

Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo
Conselheiro

Fábio Henrique Bittes Terra
Conselheiro

Letícia Pedercini Issa
Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Abadia da Silva Alves
Presidente

Antônio Carlos Villela Sequeira
Conselheiro

Luiz Claudio Moreira Lessa
Conselheiro

Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro
Conselheira

Rodrigo Octavio Orair
Conselheiro

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro

Inálio Vieira Cruz
Conselheiro

CONTADOR

Marcelo dos Santos Souza
CRC: PA-012778/O-3